



MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

Ata da Sessão ordinária da Assembleia Municipal
realizada a

28 de abril de 2022

Ata nº 02/2022

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Ribeira Grande, no Salão Paroquial de Santa Bárbara, sob a presidência de José Luís Ferreira Rocha Pontes, que foi secretariado pela primeira e segunda secretárias, respetivamente, Teresa Paula Cabral da Silva e Hélia da Conceição Oliveira Cabral. -----

PRESENCAS

Registaram-se as seguintes presenças:-----

Membros do Grupo Eleito pelo PSD: José Norberto Tavares Cordeiro, Rui Fernando Botelho Maré, Luís Miguel dos Santos Almeida, Júlia Sousa Pedro Medeiros, Jorge Augusto de Oliveira Silva, Nelson Miguel de Sousa Dias Vieira, Diana Carina Sousa Alves, Sofia da Loura Inácio, Artur José Araújo de Arruda Ponte, Kevin Medeiros Bulhões, Elsa da Conceição Paiva Machado Tavares Galvão. -----

Membros do Grupo Eleito pelo PS: Fernando Jorge Pereira Cordeiro, José Luís Pascoal Tavares Câmara, Carla Alexandra Medeiros Rita, Fábio Rogério Cabral Canejo, Gloriana de Melo Carreiro. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Davide Manuel Afonso Cambóia - Presidente da Junta de Freguesia dos Fenais da Ajuda, Dário Ferreira Bernardo - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba de São Pedro, Suzana Maria Vieira Ferreira - Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Fábio Alexandre Raposo Bernardo - Presidente da Junta de Freguesia do Pico da Pedra, Rúben Manuel Silva Adriano - Presidente da Junta de Freguesia do Porto Formoso, Gisela de Fátima Pavão Melo Rodrigues Paz - Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Grande - Matiz, André Francisco Ferreira Mendonça - Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Grande - Matriz, José Manuel da Silva Aguiar - Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Marco Paulo Pacheco Furtado - Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Miguel de Melo Sousa - Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, António Germano da Costa Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de São Brás. -----

AUSÊNCIA E SUBSTITUIÇÕES

Ausência ao abrigo do artigo 78º do Regime Jurídico dos Órgãos Autárquicos:

Registou-se a ausência do senhor deputado Manuel Tavares Pinheiro, tendo o mesmo pedido a justificação da falta. -----

Por ter pedido para ser substituído ao abrigo do artigo 79º da Lei das Autarquias Locais, ao senhor deputado Rodrigo Augusto Morais dos Reis, foi convocada Susana Pinheiro Gonçalves, que esteve presente. -----

De acordo com o nº 1 da alínea c) do artigo 18º do Regime Jurídico das Autarquias Locais compareceram os senhores: -----

Anália da Conceição Tavares Sousa – Tesoureira da Junta de Freguesia da Vila de Rabo de Peixe, fez-se representar como substituto legal do seu presidente Jaime Luís Melo Vieira. -----

Nuno Alberto de Medeiros Moniz – Tesoureiro da Junta de Freguesia da Lomba da Maia, fez-se representar como substituto legal do seu presidente Alberto Ponte Pacheco. -----

Luís Pereira Correia – Tesoureiro da Junta de Freguesia das Calhetas, fez-se representar como substituto legal da sua presidente, Cátia Sofia Costa Tavares. -----

EXECUTIVO CAMARÁRIO

Em representação do executivo camarário tomou parte na sessão o senhor presidente Alexandre Branco Gaudêncio, que se fez acompanhar pelo vice-presidente Carlos Manuel Paiva Anselmo pelos senhores vereadores a tempo inteiro Cátia Filipa Sousa e José António Pereira Garcia. -----

ABERTURA DA SESSÃO

Constatando a existência de QUÓRUM, o senhor **presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas vinte horas e aproveitou para dar as boas-vindas, informando ter-se procedido a alteração na Ordem de Trabalhos, por forma a dar primeiro palavra aos cidadãos presentes e que se inscrevam para intervir e só depois passar aos procedimentos regimentais. Explicou também que, quem se quisesse inscrever, teria que seguir as regras estipuladas, nomeadamente dirigir-se à senhora Secretária da Mesa, indicando a sua intenção e os seus dados; de seguida informou que as intervenções teriam duração máxima de cinco minutos e que nessas, poderiam ser formuladas questões e que as mesmas seriam respondidas por quem de direito. Informou que, ainda antes do momento de inscrição do público, proceder-se-ia à chamada dos deputados presentes naquela sessão da Assembleia Municipal, o que foi feita pela senhora Secretária da Mesa, originando a lista de presenças, ausências e substituições mencionadas no início desta ata.-----

De seguida, o senhor **presidente da Assembleia Municipal** deu indicação para se dar início à sessão, ao que foi informado pela senhora Secretária da Mesa que compareceu na sessão e solicitado em primeiro lugar, a sua inscrição, a senhora Lúcia Maria Teves Tavares, moradora na Rua de Santa Luzia número oitenta e três, freguesia Matriz desta cidade, detentora do número de identificação fiscal cento oitenta e seis milhões, seiscentos quarenta e quatro mil, novecentos cinquenta e sete, tendo por isso se sido cedido o uso da palavra. -----

A senhora **Lucília Maria Teves Tavares** começou por cumprimentar os presentes, informou estar a intervir em representação de um conjunto de senhoras também presentes naquela sessão da Assembleia Municipal, frequentadoras assíduas da Praia das Poças (Complexo Municipal de Piscinas da Ribeira Grande (n.d.r.)), e que aquela representação faz parte de um grupo mais alargado de pessoas. Informou trazer duas situações a apresentar, a primeira, relacionada com o horário estabelecido, seja para a época alta, seja para a época baixa, sendo que, em relação a esta última, são da opinião que deveria o referido horário acompanhar a mudança horária da hora de inverno/verão. No que concerne ao horário de época alta, consideram que o horário até às vinte horas é muito reduzido, solicitando por isso o alargamento até às vinte uma horas, informando que essa é uma prática que existe em outros complexos, exemplificando com o caso das Portas do Mar ou Piscinas Municipais da Lagoa e justificando que o pedido irá permitir a quem trabalha fora da Ribeira Grande, conseguir ainda aproveitar o final de tarde para usufruir da referida zona balnear, o mesmo aplicando aos turistas. De seguida, informou que a segunda questão prende-se com os passes, alegando que existe um conjunto vasto de pessoas que apenas usufrui daquele espaço no horário de final do dia e que o passe tem o mesmo valor pecuniário que os demais utentes que usufruem numa faixa horária mais alargada, por isso registou o pedido para que seja feita uma distinção no

valor de aquisição do passe para utilização durante todo o dia e para utilização apenas para o final do dia. Concluiu a sua intervenção, considerando que os pedidos poderão ser atendidos - porque o espaço traz brilho à cidade da Ribeira Grande – e que com isso as Piscinas Municipais poderiam ser ainda mais e mais bem frequentadas. Acresceu ainda que, um outro pedido sugerido por outro grupo de utilizadores, seria o da criação de um passe para residentes no concelho, à semelhança do que acontece com o Município de Lagoa com o acesso ao seu complexo de piscinas municipais. -----

Inscreveu-se o senhor Hélder Fernando Pereira Tavares, morador na Rua da Boavista número sessenta e três, freguesia da Maia, concelho da Ribeira Grande, detentor do número de identificação fiscal duzentos trinta e quatro milhões, trezentos noventa e três, quatrocentos e quarenta, tendo sido concedido pelo senhor **presidente da Assembleia Municipal** o uso da palavra. -----

O senhor **Hélder Fernando Pereira** iniciou a sua intervenção informando ter duas questões a colocar, mas começou por felicitar a Câmara Municipal da Ribeira Grande pela intervenção que está a ser levada a cabo no caminho Maia-Lombinha, cujo custo está cifrado, de acordo com seu conhecimento, em um milhão e setecentos mil euros, apesar de que, e isso ser do conhecimento geral, a Maia está a sentir dificuldades por via das condicionantes na acessibilidade ao lugar e que isso afasta potenciais visitantes e consumidores à freguesia, mas ainda assim julgou haver lugar a felicitar a Câmara pela “coragem que teve” em intervir naquele troço. A primeira questão que tem para colocar prende-se com a necessidade que seja feito um ponto de situação sobre a obra em apreço e se Câmara Municipal e Junta de Freguesia têm mantido comunicação permanente sobre o evoluir da situação; depois, informou que a população tem afirmado que a obra se encontra parada, pese embora, tenha tido conhecimento e esteja consciente dos constrangimentos sentidos no decorrer da obra, tal como a demora nos processos documentais. Afirmou também que nos seus quarenta anos de idade nunca ter assistido a uma intervenção por parte do Governo Regional, que até há dois anos era liderado por uma força política diferente da atual, e que, apesar de ser prática habitual criticar o atual elenco da Câmara Municipal, Município e Junta de Freguesia já foram liderados, no passado, pela mesma “cor” política, no acesso à Maia pelo lado de São Brás, que, em sua opinião, mereceria também atenção. A segunda questão prende-se em saber para quando a conclusão das obras no caminho Maia-Lombinha. -----

Inscreveu-se também no período para intervenção do público, a senhora Sara Santos Silva, moradora nas Eirinhas número trinta, freguesia da Maia, concelho da Ribeira Grande, detentora do número de identificação fiscal duzentos e dez milhões, cento cinquenta e cinco mil, novecentos e catorze, tendo sido concedido pelo senhor **presidente da Assembleia Municipal** o uso da palavra. -----

A senhora **Sara Santos Silva** iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e aliou-se à intervenção anterior, informando tratar-se do mesmo assunto. Informou deter uma propriedade no caminho Lombinha da Maia-Maia, que está a ser alvo de obras desde abril de dois mil e vinte; que a mesma obra terá sofrido naturalmente atrasos devido ao confinamento imposto pela pandemia de Covid-19 (dezanove); que o prazo de execução da obra foi ultrapassado e que a estrada está pior do que o que estava, assemelhando-se agora a uma ribeira ou grota, o que classificou de péssimo, para além das dificuldades que a situação acarreta para a freguesia da Maia, no campo social, económico e turístico, mas também no acesso à sua propriedade. Por isso colocou as mesmas questões que foram colocadas na intervenção anterior: qual o ponto de situação da obra? Afirmou ter ficado surpreendida quando soube que a empreitada estava dividida em duas fases, mas ainda mais surpreendida quando soube que a segunda fase não ia arrancar tão cedo, situação que, em sua opinião e ao contrário do exposto na intervenção anterior, denota o que classificou de “mau serviço público”,

pelo que não felicita a Câmara da Ribeira Grande e observa que a obra deveria ter sido abordada com outro rigor de modo a que estivesse planeado como proceder para ultrapassar os obstáculos que acabaram por ser encontrados. Afirmou que passaram dois anos e atualmente a obra está parada, depois de ter sido executada a primeira fase da obra, mas o piso, resultante dessa intervenção, está irrecuperável o que impossibilita o trânsito e acesso às propriedades. Afirmou ter enviado uma mensagem de *e-mail* (correio eletrónico, n.d.r.) ao senhor presidente da Câmara Municipal, mas que não recebeu resposta, por isso a sua questão, pois a sua propriedade possui alojamento local e que a obra está a limitar a sua atividade comercial. Considerou também que o prazo dado por todos os moradores daquela artéria foi razoável, pelo que pretende saber o que se perspectiva para o ano de dois mil e vinte dois: vai haver solução? Vai ser permitida a circulação de pessoas? A obra encontra-se embargada? A Câmara Municipal dispõe de fundos? Informou que possui agenda completa para o seu alojamento para o verão, mas não pretende colocar os seus clientes em risco. Observou que, naquela zona, a sua moradia é a única que possui o licenciamento completo e que o edital então emitido pela Câmara Municipal impediu, através do impedimento de circulação pedonal e de viaturas, o seu acesso à sua propriedade, sem que a edilidade tenha efetuado um contato prévio. -----

Compareceu na Assembleia Municipal e solicitou intervir, Eduardo Jorge Branco de Almeida morador na Rua do Calhau número quinze, freguesia de São Pedro, concelho de Ponta Delgada, detentor número de identificação fiscal cento cinquenta e quatro milhões, cento cinquenta e quatro mil, setecentos sessenta e oito, tendo sido concedido pelo senhor **presidente da Assembleia Municipal** o uso da palavra. -----

O senhor **Eduardo Jorge Branco de Almeida** cumprimentou os presentes e informou que o assunto que o faz intervir é também as obras no ramal Maia-Lombinha, estando a representar mil, centos oitenta e nove peticionários, e a necessidade da obtenção de respostas sobre o ponto de situação da obra. Deixou como nota que é verdade que a via não sofria qualquer intervenção há quarenta anos e que a atual Câmara Municipal teve a coragem de realizar aquela intervenção e que disso rezará a história, mas que o atraso verificado é uma agressão à economia da Maia. Os empresários e cidadãos ainda se precaveram para o prazo que fora inicialmente estipulado, mas o atraso que se está a verificar, disse, provoca danos irrecuperáveis ao nível da economia – o negócio dos comerciantes da Maia está a ser desviado para outros locais, mas também nas pessoas pois estão cada vez mais isoladas. Por outro lado, com a proximidade da época de verão, não se contemplam perspectivas. Alegou que aquela estrada estar fechada, significa o fecho do trilho da Viola, uma vez que, de acordo com as informações que obteve junto da Direção Regional do Ambiente, a obra oferece perigo a quem circule naquele trilho e é ver o exemplo das derrocadas que atingiram o trilho aquando dos últimos temporais. Informou também que o trilho possui muita procura e que estão a ser insistentemente questionados por diversos agentes turísticos sobre a reabertura do mesmo. A petição assinada pelos membros por si representados, informou, maioritariamente habitantes da Maia e simpatizantes da causa, já foi entregue e recebida pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, será entregue junto à Assembleia Municipal da Ribeira Grande, e farão chegar outra ao senhor presidente do Governo dos Açores, e pretende apenas que se obtenham respostas e a garantia que o trilho manter-se-á ativo. Afirmou igualmente que, a manter-se a situação por muito mais tempo, será principal prejudicada a economia da Maia. Procedeu à entrega ao senhor presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, da petição cujos signatários representa. -----

Compareceu na Assembleia Municipal e solicitou intervir, a senhora Vânia Maria Ferraz, moradora na Rua Cipriano Lima Machado nº 27 B freguesia de Santa Bárbara, concelho da Ribeira Grande, detentora do número de identificação fiscal duzentos e vinte quatro milhões,

cento quarenta e nove mil, duzentos sessenta e um tendo sido concedido pelo senhor **presidente da Assembleia Municipal** o uso da palavra. -----

A senhora **Vânia Maria Ferraz** iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e, na qualidade de presidente da Sociedade Filarmónica Nossa Senhora das Vitórias, aproveitando a presença da Assembleia Municipal na sua freguesia, para enaltecer o apoio que a sua filarmónica e as demais do concelho têm recebido por parte da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Considerou que, como deve ser do conhecimento de todos, manter uma filarmónica ativa é um desafio que apelidou de gigantesco, não só a nível humano, mas também financeiro e que, nos últimos anos, a Câmara Municipal tem desempenhado um papel fundamental, disse, na sobrevivência financeira da Filarmónica com um investimento anual de seis mil euros, como é do conhecimento de todos. Afirmou ser importante fazer referência a este apoio, pois o mesmo era de apenas mil euros, em dois mil e treze, passando a seis mil euros, em dois mil e vinte, o que por si só, considerou, ser um grande feito. Para mais e em tempos de pandemia, às filarmónicas coube ainda o incentivo extra de cinco mil euros, uninominalmente, o que para a sua filarmónica gerou enorme entusiasmo. Com todos os serviços a serem cancelados e os rendimentos daí decorrentes a não existirem, e com a filarmónica a manter a sua atividade, ainda com as limitações existentes, o que fez com que não deixassem de existir as despesas, o apoio financeiro extra revelou-se como uma “almofada” que veio atenuar muitas das preocupações existentes pelos quadros diretivos, disse. Por isso e por esse apoio, foi possível à sua filarmónica gravar os hinos religiosos de todas as freguesias do concelho com vista à produção de um CD, que se encontra em edição, e em que a Câmara Municipal da Ribeira Grande voltou a assumir a totalidade dos custos de produção do mesmo. Por isso considerou que há que agradecer e referiu que a Câmara Municipal da Ribeira Grande se tem assumido com o parceiro principal de todas as filarmónicas, respeitando a sua existência e missão, valorizando o seu papel junto à sociedade, exemplificando com o cuidado que a Câmara Municipal tem em criar oportunidades, através do seu calendário cultural, permitindo que cada uma das filarmónicas atue, em condições similares. Aproveitou igualmente o momento para reiterar junto da Câmara Municipal, a necessidade de serem mantidos os apoios, pois investir nas filarmónicas é investir na formação cultural do concelho, disse. -----

Compareceu igualmente na sessão da Assembleia Municipal e inscreveu-se para intervenção, o senhor Manuel António Pacheco Fernandes, morador na Rua Direita de Cima número cento cinquenta e um, freguesia da Ribeira Seca, concelho da Ribeira Grande, detentor do número de identificação fiscal duzentos milhões, duzentos vinte e três mil, trezentos noventa e nove, tendo sido concedido pelo senhor **presidente da Assembleia Municipal** o uso da palavra. -----

O senhor **Manuel António Pacheco Fernandes** iniciou a sua intervenção congratulando a Assembleia Municipal pela continuidade na iniciativa de descentralizar as suas sessões de trabalho. Por outro lado, congratulou igualmente a Câmara Municipal da Ribeira Grande pela quantidade de investimentos que têm sido realizados na freguesia de Santa Bárbara, no curto espaço de seis meses, para conforto da população, tendo os mesmos sido referidos no dia anterior aquando da realização da Assembleia de Freguesia, embora considere não ter sido referido um investimento, assunto muito falado aquando da campanha eleitoral e que suscitou alguma expectativa nas camadas mais jovens, que diz respeito à construção do pavilhão multiusos ou polivalente desportivo. A sua questão vai no sentido de saber o motivo, apesar de assumido o compromisso da realização do projeto e do seu início ter lugar já em dois mil e vinte dois, ainda que de forma verbal e informal, para que o projeto afinal não arranque conforme previsto. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal**, perante a inexistência de mais inscrições, agradeceu a participação de todos, informando ir dar-se início à resposta das questões colocadas. Para isso, interpelou o senhor presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande

para que respondesse às questões colocadas sobre as Piscinas Municipais, que, por sua vez, direcionou as respostas para o vereador José António Garcia. -----

O senhor **vereador José António Garcia** usou da palavra, começando por agradecer a questão colocada pela senhora Lucélia Tavares. Informou ter estado reunido com algumas das pessoas representadas pela senhora Lúcia e que tiveram uma conversa interessante e agradável sobre essas e outras questões, sobre preocupações legítimas, julgando que todas elas concorrem para o aumento de bem-estar e da beleza de quem usufrui daquele lugar. Perante a questão de alargamento do horário que também e então, naquela reunião, foi colocada, a resposta dada e agora comunicada aos presentes é que qualquer alteração está relacionada com o número de colaboradores disponíveis e o orçamento previsto para o espaço. Neste momento, informou o senhor vereador, não é possível alterar de imediato o horário, por uma questão orçamental e de disponibilidade de pessoal, mas ficou o compromisso e a sensibilização de ser avaliada a questão nos meses seguintes, no período de época baixa, e aferir a possibilidade de se alterar o horário em época alta. Referiu José António Garcia que, no que diz respeito à diferenciação no valor das entradas, a mesma já existe, explicando que as pessoas que chegam às Poças depois das dezoito horas já beneficiam de um desconto de cinquenta por cento sobre o valor do ingresso. Afirma, no entanto, que a situação não contempla o passe, mas também opinou que, e deixou claro que se trata de uma constatação e não de uma justificação, um utente que chega permanentemente depois das dezoito horas será prejudicado pelo valor do passe, que será superior ao valor da aquisição dos ingressos individuais, dia-a-dia, na modalidade prevista para aquele horário. No entanto, considerou que essa poderá ser mais uma situação a refletir a sua eventual aplicação no futuro. Informou que todos os preços são estabelecidos em sede de tabela de taxas, tarifas e licenças, sendo que, a cada proposta de alteração, a mesma é submetida a Assembleia Municipal e só depois anunciada e posta em efetividade. Em relação ao assunto, o senhor vereador não quis deixar de passar a oportunidade para informar que, ainda naquela manhã, haviam sido anunciadas as zonas balneares contempladas com Bandeira Azul para o corrente ano, e que o concelho mantém as suas quatro Bandeiras Azuis, o que considerou como sendo uma boa notícia, concluindo. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** interveio, começando por responder que cederia o uso da palavra em breve a quem quisesse colocar mais questões, mas reiterando que o senhor vereador José António Garcia ter-se-á esquecido de informar que faz parte do plano de trabalhos da sessão submeter à Assembleia Municipal o Regulamento Municipal da Gestão das Zonas Balneares Marítimas da Ribeira Grande e nesse documento é também feita referência à questão das taxas, informou, questionando o senhor vereador José António Garcia se tem disponível os valores que eram pagos à entrada em dois mil e dezanove e o que se perspectiva para o corrente ano para que se tenha, em termos gerais, uma noção dos valores. --

O senhor **vereador José António Garcia** respondeu ao senhor presidente da Assembleia Municipal informando que serão aplicadas as taxas que constam da Tabela das Taxas do Município da Ribeira Grande, em vigor, tendo indicado as diversas taxas. Mais informou que, a partir das dezoito horas, essas taxas, genericamente, possuem um desconto de cinquenta por cento, disse. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção, informando que com essa informação, é claro para todos que valores são praticados para acesso àquela zona balnear. -----

A senhora **Carla Saudade** solicitou intervir, o que foi autorizado pelo senhor presidente da Assembleia Municipal, iniciando a sua intervenção referindo que possivelmente a sugestão efetuada não terá sido clara e por isso, esclarece, exemplificando que, um passe com noventa entradas tem um custo aproximado de quarenta e cinco euros, ao que foi corrigida pelo senhor **presidente da Assembleia Municipal**. O senhor **vereador José António Garcia** solicitou intervir para esclarecer, informando que o cartão com dez entradas tem um custo de quinze euros, o cartão com vinte entradas tem um custo de vinte e dois euros, o cartão mensal tem um

custo de trinta e cinco euros e o passe individual tem um custo de cinquenta euros. O que o senhor vereador exemplificou foi que, se um cartão com dez entradas custa quinze euros, se adquirir dez ingressos depois das dezoito horas, os mesmos terão um custo de dez euros o que é francamente menos que o valor do passe de dez entradas. A senhora dona **Carla Saudade** questionou então o propósito do passe mensal e quantas entradas o mesmo incluía, tendo sido respondido pelo senhor **vereador José António Garcia** que o passe individual compreende o acesso durante toda a época balnear e que possui um custo de cinquenta euros, independentemente do número de entradas, ficando em vigor desde o dia quatro de junho até ao termo da época balnear, que acontece a trinta de setembro. Na sequência da discussão, o senhor **presidente da Câmara Municipal** solicitou intervir para ajudar a esclarecer, começando por cumprimentar os presentes e deixando a observação que a aposta na realização de assembleias municipais descentralizadas é positiva pois permitem a interação e o debate que agora se assiste. Alexandre Gaudêncio informou que a tabela de taxas de acesso à zona balnear em questão estava em vigor até à pandemia e iria ser aplicada no ano em que houve a pandemia. Claro que, prosseguiu, havendo pandemia, foi obrigatório ser tudo revisto e a tabela não chegou a ser aplicada. Este ano, com o regulamento de taxas e tarifas, foi criado um passe individual ilimitado que tem valor de aquisição de cinquenta euros e que vigora desde o início até ao termo da época balnear. Quanto ao alargamento do horário, o senhor presidente da Câmara Municipal informou que o senhor vereador já explicou o motivo do atual, sendo que a situação será avaliada sobre eventual aplicação no futuro. -----

A senhora **Lucélia Tavares** interveio, afirmando que, mais importante que os passes são os horários, pois alegou ter comprado uma casa na Ribeira Grande, por gostar daquele espaço e pelo horário que está em vigor, apenas consegue usufruir do espaço balnear aos fins de semana, pois durante a semana e à hora que chega à Ribeira Grande, o mesmo já se encontra encerrado. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao senhor presidente da Câmara Municipal que intervenha para responder às várias questões colocadas em torno da obra no acesso Maia-Lombinha da Maia. -----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor vice-presidente da Câmara Municipal que respondesse. -----

O senhor **vereador Carlos Anselmo** usou da palavra, cumprimentando todos os presentes assim como ao auditório da Rádio Nova Cidade. Informou os presentes que o valor orçado pelo gabinete de projetos responsável pela elaboração do projeto da requalificação do acesso Maia-Lombinha da Maia foi contemplado no orçamento da Câmara Municipal para o corrente ano. Informou ter sido enviado em janeiro do presente ano à Direção Regional dos Recursos Hídricos e Ordenamento do Território o projeto, para obtenção de parecer. Apenas no passado dia vinte e seis de março, terça-feira, foi rececionado na Câmara Municipal a respetiva resposta proveniente da referida Direção Regional. Entretanto, e ainda antes da receção daquela resposta, entendeu a Câmara Municipal dotar aquela via de melhores condições até à materialização do respetivo projeto. Informou que as alterações passam pela substituição da rede de abastecimento de água doméstica em toda a extensão da via, por existir atualmente uma tubagem de noventa que já possui trinta anos de utilização, optando por substituir a mesma por uma tubagem de cento e dez, no troço que não foi intervencionado na primeira fase, permitindo que na segunda fase, quando a obra for intervencionada, a freguesia de Maia beneficie de melhor abastecimento de água. Paralelamente a essa situação, está a ser concluída a pavimentação do troço intervencionado na parte a montante do que foi executado há cerca de quinze dias ou menos, ainda que de forma provisória, por forma a conferir usabilidade àquela parte da via, que, de acordo com as conversações mantidas com a Junta de Freguesia, deverá ficar apta a circular no sentido poente-nascente, sendo este o atual foco de atenção. Em relação à resposta recebida da Direção Regional dos Recursos Hídricos, foi levantada uma questão técnica em relação ao projeto que está a ser analisada pela Câmara Municipal e que irá ser respondida, sendo que é intenção da Câmara Municipal que no espaço

de quinze dias devolver a usabilidade daquela artéria, no sentido poente-nascente, assim como colocar alguma sinalização por forma a que o trabalho que está a ser desenvolvido pelo LREC Laboratório Regional de Engenharia Civil, que passa pela monitorização dos taludes existentes, um trabalho que já dura há um mês e que consiste na colocação de sensores para avaliação da sua estabilidade que também deverá ocorrer nas próximas duas semanas, possa ocorrer ao mesmo tempo que existe circulação viária, permitindo aferir a estabilidade dos taludes intervencionados. Por outro lado, informou que a obra está prevista para ser realizada no período de um ano, no que diz respeito a pavimentação. A mesma consistirá em dotar a faixa de rodagem com largura de cinco metros, uma faixa para peões com um metro e vinte centímetros e uma vala com cerca de setenta centímetros. O custo da obra, que está orçado em um milhão e setecentos mil euros, informou, resulta também dos trabalhos a efetuar, já mencionados. Depois da receção do parecer final da Direção Regional dos Recursos Hídricos e Ordenamento de Território, a obra entra em nova fase que será de concurso cuja verba está no orçamento para dois mil e vinte dois desde janeiro do corrente ano, pelo que a questão não é a ausência de condições financeiras, mas é uma questão de procedimento documental e burocrático, que impedem que se lance a obra a concurso sem obtenção dos pareceres finais. Pelo que o senhor vereador afirmou estar em condições de afirmar que, mesmo depois da obtenção dos pareceres finais e do lançamento a concurso, a obra demorará mais algum tempo a ser concretizada, daí a Câmara Municipal estar a tentar minimizar essa delonga, abrindo parcialmente a via à circulação, com segurança, num único sentido, atenuando os prejuízos sentidos até ao momento pelos envolvidos. -----

O senhor **deputado Rui Maré** solicitou intervir, cumprimentando os presentes e felicitando o debate existente. Afirmou, perante o exposto, que a bancada de deputados eleitos pelo Partido Social Democrata, por si representada, está ao lado do povo da Maia, tal como havia sido referido na última reunião, com todos os seus problemas, com todos os seus anseios, com todas as suas preocupações, discordando, no entanto, da forma de agir, ao entrar-se pelo campo da política, que em vez de ser pautado pelo arranjar e contribuir com soluções – afirmou ter dúvidas sobre o fato da Junta de Freguesia da Maia saber há muito tempo que a Câmara Municipal tinha a solução apresentada pelo senhor vereador, ou planeava aplicá-la – optou por colaborar com uma petição sem que se tenha transmitido à população o que estava a ser planeado, denotando ter existido algum aproveitamento político. Por outro lado, referiu, sempre existiu por parte do presidente da Câmara Municipal e dos vereadores, uma preocupação extrema em resolver a situação o mais rapidamente possível, que naturalmente trouxe constrangimentos à freguesia e população da Maia, mas refuta as afirmações que a freguesia está a desertificar ou a “ficar em cinzas”, pois alertou que, ainda antes da realização daquela obra, já o posto dos CTT havia fechado e já os bancos haviam anunciado o encerramento dos seus balcões na freguesia, já a população estava a diminuir, pelo que considerou que o problema da Maia é mais antigo à obra, sendo que os constrangimentos por essa provocada, naturalmente não ajudam. Isso denota que existe toda uma política e estratégia de desenvolvimento que não foi planeada no passado. Afirmou não ter feito qualquer sentido, a freguesia da Maia não ter sido contemplada com um acesso privilegiado aquando da construção das SCUT (Portagens Sem Custos ao Utilizador, n.d.r.) e que esse, considerou, é que foi o princípio da limitação ao desenvolvimento daquela freguesia. Destacou de forma positiva o que apelidou de “coragem” deste executivo camarário, em investir de forma inédita um milhão e setecentos mil euros, apesar dos contratempos existentes, realçando a boa situação financeira da mesma e o fato de estar contemplado em orçamento o valor do investimento, há pelo menos um ano. Realçou que a Câmara Municipal, já por diversas vezes, se dispôs a encontrar soluções, mas que, por parte da ação da Junta de Freguesia, denota-se existir falta da prestação de informação junto à população, não esclarecendo nem informando as soluções e sugestões apresentadas. Pelo seu lado, afirmou novamente estar ao lado da população da Maia e que a sua bancada está ao dispor da população para, mesmo junto do Governo Regional, ajudar a desbloquear o que for necessário para resolver a questão o mais rapidamente possível. -----

O senhor **deputado Jorge Silva** solicitou o uso da palavra, iniciando a sua intervenção informando que o senhor deputado Rui Maré já referiu alguns pontos do que iria referir pelo que a sua intervenção será mais curta e servirá para esclarecimento de algumas dúvidas, disse. Começou por indicar que lhe subsiste a dúvida, que advém da intervenção da senhora dona Sara Silva ao afirmar que a sua casa era a única que estava devidamente licenciada, se todas as casas construídas naquela via entre dois mil e cinco e dois mil e doze foram-no de forma ilegal, questionou. Será isso que se pode depreender da intervenção da cidadã, perguntou. Por outro lado, afirmou que é do conhecimento geral todas as dificuldades técnicas que aquela obra acarreta, o que originou que durante cinquenta anos nunca sofresse qualquer intervenção, e que as intervenções realizadas anteriormente era a colocação de pilaretes para evitar que os carros não fossem para as zonas mais frágeis da via, há doze ou mais anos, e quando esta Câmara Municipal inicia uma intervenção de fundo, “cai o Carmo e a Trindade”, disse. Daí subsistir outra dúvida, a se a população ou Junta de Freguesia da Maia preferia os pilaretes ou uma obra de fundo naquela via, questionou. Ou, por outro lado, continuou a questionar, será que a população da Maia não está a ser devidamente elucidada sobre a complexidade e processos daquela obra, por quem deveria de a esclarecer, interrogou. -----

A senhora **Sara Silva** voltou a solicitar o uso da palavra, referindo que abordou a questão financeira, porque, na realidade, disse, esse é um assunto antigo, afirmando ter reunido com o senhor presidente no ano anterior, na presença de um advogado, para resolução dessa situação. Não foram referidos problemas de financiamento, mas a verdade é, disse, que a obra estava prevista para dois mil e vinte um e por não consultar os orçamentos camarários aprovados, afirmou desconhecer esse orçamento em concreto e o valor para a obra estar cabimentado para o orçamento de dois mil e vinte dois. Por outro lado, afirmou ficar triste quando o assunto começa a enveredar por cores partidárias, porquanto não tem “cor política”, afirmou, quando, na realidade, o que a traz a esta Assembleia é a defesa do seu interesse, que acaba por ser o interesse da população da Maia – a Sara Silva afirmou querer ter acesso à sua casa e a população quer ter acesso à Maia pela referida via, sem constrangimentos de maior – por isso não entende a derivação do assunto para a questão política. No que concerne à alegada falta de comunicação por parte da Junta de Freguesia, o que é fato, explicou, é que por várias vezes colocou a questão ao senhor presidente da Câmara da Ribeira Grande, a saber o ponto de situação e de que forma é que iriam resolver o problema, e nunca obteve uma resposta a dizer que iam abrir a via num sentido único. Por isso, nesse momento, apraz-lhe saber, afirmou, que no prazo de quinze dias a via estará circulável dentro do que é possível, mantendo a preocupação por não conseguir perceber quando é que a obra vai arrancar definitivamente, pois, do histórico que possui com a Câmara da Ribeira Grande, afirmou, a burocracia é muita – exemplificou que levou um ano e meio para licenciar uma piscina. Que obteve em quinze dias o parecer favorável da Direção Regional do Ambiente e que o restante do tempo até perfazer um ano e meio foi passado na Câmara da Ribeira Grande a entregar papéis, disse. Por isso voltou a questionar: quando é a que a obra vai arrancar definitivamente? Quando é disponibilidade da Câmara da Ribeira Grande para responder à Direção Regional dos Recursos Hídricos e demais entidades que possam vir a emitir pareceres nesta obra, e, apesar da obra estar orçamentada para dois mil e vinte dois, se a obra sempre se vai concretizar no presente ano ou se passará para o ano seguinte, concluiu. -----

A senhora **deputada Carla Rita** solicitou o uso da palavra, afirmando não ir ser repetitiva no que se disse sobre a obra no caminho Lombinha da Maia-Maia, afirmando estar de acordo com a intervenção da senhora Sara Silva, e em desacordo com o que foi proferido pelos senhores deputados Rui Maré e Jorge Silva. O que está em discussão não são discussões políticas, podendo garantir que um dos peticionários é do PSD, pelo que por aqui já se vê, afirmou, que a população da Maia é unida e que não é apática, estando bem atentas ao que se está a passar. Felicitou o fato do caminho ir ser reaberto, em segurança, dentro de quinze dias, parabenizando a Câmara Municipal pela iniciativa, a senhora deputada recorda que foi uma das peticionárias numa petição contra o Governo Regional então do Partido Socialista, pelo acesso à Maia ser feito por São Brás, em que a Junta de Freguesia da Maia se juntou à Junta

de Freguesia de São Brás, remetendo esse fato para contrapor o senhor deputado Jorge Silva. Posto isso, afirmou ter duas questões para colocar, o que foi autorizado pelo senhor presidente da Assembleia Municipal. A primeira prende-se com o relatório do L.REC que o senhor presidente da Câmara Municipal referenciou que aguardava, na última sessão da Assembleia Municipal, se o mesmo foi facultado à Junta de Freguesia da Maia. A segunda questão prende-se com o esclarecimento sobre que questão técnica foi colocada pela Direção Regional dos Recursos Hídricos e Ordenamento do Território, supostamente, em relação ao escoamento da água. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou intervir, afirmando que na última sessão da Assembleia Municipal que se realizou na freguesia da Ribeirinha já havia optado por intervir e por chamar a atenção para a situação aflitiva que a freguesia da Maia já estava a viver do ponto de vista económico, sendo que a situação, afirmou, está-se a agravar substancialmente. Confessa estranhar que, a cada vez que alguém constata algo que se possa afigurar como uma crítica à Câmara Municipal, logo venham alguns senhores deputados do PSD agitar a bandeira do aproveitamento político e da “partidarite”, disse. E que esse sentimento tenha-se convertido em tristeza, afirmou, pois a indignação que manifestou na altura na Assembleia Municipal foi agora corroborada pelas intervenções do público, assim como está a ser corroborada pela petição assinada por mais de mil cidadãos, o que não é um número tão irrisório quanto isso, considerou, e por isso afirmou que a “partidarite” verifica-se mesmo quando não se reconhece que a intervenção da Câmara Municipal naquela obra, desde logo, peca por uma manifesta falta de planeamento. Afirmou não se perceber o motivo de uma obra que deveria de ser executada o mais rapidamente possível, ser dividida em duas fases. Depois, afirmou, causa estranheza o senhor vereador Carlos Anselmo estar a solicitar pareceres a meio de uma obra às entidades competentes. Não estando em causa o financiamento da obra, referiu, não se percebe porque é que a meio de uma obra se colocam questões burocráticas e técnicas, que, em sua opinião, já deviam de estar planeadas e resolvidas muito tempo antes da obra se iniciar. Porque, em sua opinião, dava-se início à obra, fechando totalmente o acesso às duas localidades, mas em posse de todos os pareceres e com o financiamento assegurado, com a obra a realizar-se no mais curto espaço de tempo. Por isso, o senhor deputado não consegue entender o porquê de só agora se solicitar pareceres a entidades, a meio da obra. Reiterou que só ficaria bem a alguns deputados do P.S.D. reconhecer que a obra não está a decorrer da melhor forma, reconhecer os erros, e tudo fazer para os evitar no futuro. Lamentou que a população da Maia possa estar “a morrer, não do tratamento, mas da cura”, disse. -----

O senhor **Eduardo Almeida** solicitou o uso da palavra, aproveitando a sua intervenção para deixar algumas notas sobre o que foi designado por “partidarite”, disse. Afirmou ter sido candidato pelo PSD à Junta de Freguesia da Maia. Afirmou ter sempre trabalhado pela Maia, que procurou levar a Maia para a frente, e essa sua intervenção e associação à petição não tem qualquer motivação política. Prende-se apenas com a necessidade de colocar em cima da mesa uma situação que lhe está a afogar, disse, que está a afogar a economia da Maia. É certo reconhecer a “coragem” do atual executivo em, ao fim de quarenta anos, intervir naquele espaço, um fato que o próprio enalteceu junto do executivo e que deixou o seu contributo em forma de opinião. Ao que foi referido pelo deputado Rui Maré, Eduardo Almeida afirma que o sucedido prejudicou a Maia, mas que a mesma já tinha aprendido a viver com isso, pelo que todo o trajeto a partir daí, foi posteriormente já afetado por essa obra. Por isso afirmou que havia um prazo que já foi alterado, e o fato de não se saber quando vai haver nova intervenção e a duração da mesma constitui um problema, quando para a Câmara Municipal tudo está centrado na resolução da questão do abastecimento de água, afirmou. Disse também que, em tempos idos, a Junta de Freguesia afirmava que o que ali estava eram minas de água e que apenas uma obra feita de certa forma, daria resposta. Informou que não havia estudos para corroborar o que era tido, mas que teria que ser a Câmara Municipal a os realizar e por isso considerou que está à vista que a obra foi mal concebida, não pela sua estrutura, mas em relação ao tratamento para com aquelas águas, e que isso poderá também estar na base do problema detetado pelos Recursos Hídricos. -----

O senhor **deputado Rui Maré** solicitou o uso da palavra, para defesa de honra, alegando que, se há alguém que pretende fazer política com o assunto, esse alguém não é a bancada Social Democrata. Afirmou ter começado a sua intervenção, indicando que a bancada Social Democrata está ao lado da população da Maia, e que percebia e compreendia as suas preocupações e anseios, e terminou a sua intervenção, afirmando que a bancada Social Democrata estava disponível para fazer tudo, dentro das suas competências, para ajudar, junto da Câmara Municipal e do Governo Regional, para que a situação fosse resolvida o mais depressa possível, por isso refuta as afirmações proferidas de que se tratou “do amigo do amigo”.

O senhor **presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para tentar desmistificar algumas das situações proferidas, perante a Assembleia Municipal e público. Começou por afirmar que o projeto existente foi, em sua opinião, bem elaborado, pois teve por base pareceres técnicos de empresas especializadas, pois nenhum dos elementos do executivo é especialista na área, afirmou, e por isso foi necessário a Câmara Municipal recorrer a entidades credíveis e competentes na matéria, para realização do projeto. Aquilo que foi apresentado pelo LREC aquando da pretensão de avançar com a obra, disse, para depois fazer um parêntese – recordou que aquando da primeira reunião realizada depois de tomar posse em dois mil e treze, com o senhor presidente do Governo Regional de então, houve o compromisso do mesmo em apoiar a Câmara Municipal naquela obra, mesmo tratando-se de um caminho municipal, facto que possivelmente desconhecia, mas ainda assim reiterou o apoio. Ainda assim, a Câmara Municipal, afirmou, sempre avançou com aquela obra a expensas próprias, sem recorrer a qualquer financiamento ou apoio, fim de parênteses. Em relação ao projeto, continuou, Alexandre Gaudêncio afirmou que a Câmara Municipal sempre esteve muito recetiva e apresentou soluções às entidades competentes, nomeadamente à Junta de Freguesia da Maia da altura, que desde logo fez alguns reparos, tendo a Câmara solicitado alterações ao projeto em virtude desses, que melhoraram o mesmo, pelo que não considera correto a crítica de soluções técnicas, quando, na realidade, se desconhece a área. E, se porventura, afirmou, aquela solução não for a ideal, há que imputar responsabilidades a quem elaborou o projeto. Em resposta à senhora Sara Silva, o senhor presidente da Câmara Municipal afirmou que sempre têm falado e que desde a primeira hora que reconhece o seu projeto e o investimento feito na freguesia da Maia, que considerou de muito significativo. Também gostaria de referir que, quando Sara Silva apresentou o projeto e licenciamento para legalização de uma situação irregular, recorda que os pareceres das entidades competentes, nomeadamente o Ambiente, foram negativos numa primeira fase, e que só em julho de dois mil e dezanove é que esses pareceres é que foram positivos, e no dia seguinte obteve parecer positivo da Câmara Municipal, nomeadamente da arquitetura e depois colocaram-se as especialidades. Para que fique esclarecido, em abono da verdade. É verdade que o processo deu entrada em novembro de dois mil e dezoito, os pareceres iniciais das entidades competentes, nomeadamente da Direção Regional do Ambiente, foram negativos, sendo depois reavaliados e tornados positivos em julho de dois mil e dezanove e esses são os fatos, que se entender, poderão ser refutados. Reconhecendo que poderá ser do desconhecimento geral a abertura parcial do caminho, conforme indicado pelo senhor vice-presidente da Câmara Municipal, lamentou novamente que essa informação não tenha chegado atempadamente à população da Maia, recordando que a senhora presidente da Junta de Freguesia tem-se deslocado por diversas vezes à Câmara Municipal, falado diretamente com o senhor vice-presidente, e recorda, até com alguma estupefação, que foi recetor de um e-mail da senhora presidente a informar que iriam, naquele dia, entregar uma petição, quando a Câmara Municipal sempre se predispôs a efetuar uma apresentação pública na Maia, para explicar o ponto de situação do projeto, o que se está a passar e o que está a ser feito, conforme afirmado pelo senhor vereador Carlos Anselmo. Em relação à questão dos prazos, Alexandre Gaudêncio afirma que ninguém poderá adiantar para quando o início da obra, porque essa informação não depende da Câmara Municipal. Foram colocados pedidos de parecer às entidades competentes, pois a intervenção a efetuar está localizada numa zona de reserva ecológica, e nessas zonas, não depende do Município avançar com as obras. E isso não foi

feito antecipadamente, porque houve a necessidade de, numa primeira fase, consolidar os taludes ali existentes, obra que ficou concluída em meados do ano anterior. Quando ficou concluído o projeto da segunda fase, foi quando foram solicitados os referidos pareceres às entidades competentes, nomeadamente à Direção Regional dos Recursos Hídricos, que estava para parecer desde janeiro do presente ano. Tendo a Câmara Municipal já sido notificada da decisão e sendo necessário esclarecer um aspeto do projeto, o prazo que se afigura é o seguinte, explicou: para lançamento da obra a concurso público, uma ação que será tomada imediatamente a seguir à obtenção de todos os pareceres positivos, ainda será necessário a obtenção do visto do Tribunal de Contas, cujos prazos são desconhecidos e nem o Tribunal de Contas está obrigado a prazos para responder. Por isso, o senhor presidente da Câmara Municipal referiu que, enquanto a obra não avança, a Câmara Municipal irá proceder à abertura parcial e num só sentido do caminho Maia-Lombinha da Maia, garantindo segurança aos seus utilizadores e com monitorização do LREC. Não contesta a legitimidade da petição referida, e até considerou positivo que existam petições, mas, em abono da verdade, convém fazê-lo depois de se saber todos os pormenores sobre o estado atual do processo, que é o que está a ser feito naquele momento, disse. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** retomou o uso da palavra, aproveitando para esclarecer os presentes que o tempo reservado, de acordo com o Regimento, para intervenção do público, é muito circunscrito a trinta minutos. No entanto, a Mesa deliberou, por unanimidade e face à premência do assunto em questão, alargar esse período. Considerou, por isso, não fazer sentido, alegar-se pretender a participação do público nas Assembleias Municipais e depois restringir a sua participação a uns escassos trinta minutos. Ainda informou existir ainda uma questão não respondida, nomeadamente a questão pelo senhor Manuel Fernandes sobre o pavilhão desportivo na freguesia de Santa Bárbara, concedendo por isso o uso da palavra ao senhor presidente da Câmara Municipal para responder. -----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** interveio, começando por afirmar que foi delineado um Plano e Orçamento para o presente ano, plano esse que contempla uma série de obras, que de acordo com a visão da Junta de Freguesia, podendo depois o senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara explicar, a questão do polidesportivo seria uma obra a colocar no orçamento de dois mil e vinte três, sendo que os procedimentos legais seriam todos colocados em marcha no presente ano, começando pela sua localização, cujas opiniões, a da Câmara Municipal e a da Junta de Freguesia, são diferentes, sendo necessário arranjar um consenso, que poderá vir da própria Assembleia de Freguesia. O que ficou referido é que o executivo camarário julga ser importante e há que dotar, neste mandato, a freguesia de um pavilhão polidesportivo.-----

O senhor deputado Rui Maré, solicitou o uso da palavra, dirigindo-se à Assembleia e público presente, com uma intervenção de felicitações comunidade da freguesia de Santa Bárbara.-----

Em nome da Bancada do Partido Social Democrata (PSD) desta Assembleia Municipal da Ribeira Grande na pessoa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Miguel Sousa quero felicitar todos os cidadãos desta bonita e promissora freguesia de Santa Bárbara. -----

A Freguesia da Santa Bárbara é um bom exemplo de Comunidade, de união, de companheirismo, claro que também tem os seus problemas, mas são poucas as freguesias que continuam a ter em atividade, de forma dinâmica, certa de 10 instituições e forças vivas. -----

Para todos os atuais dirigentes, voluntários, bem feitores, as nossas palavras de apreço, de agradecimento e de reconhecimento publico, por este trabalho difícil, por esta dedicação, por este afeto à sua Terra, reconhecido junto dos seus Jovens e menos Jovens desta Comunidade.

Quero que fique registado em Ata desta Assembleia Municipal o nosso reconhecimento do trabalho meritório das direções e suas equipas no desenvolvimento sócio cultural da Freguesia de Santa Bárbara. -----

De forma aleatória passo a nomear: -----

Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia na pessoa do Sr. Miguel Sousa e sua equipa. --
Associação Dinamizadora de Santa Bárbara um cumprimento á Célia Lima e sua equipa. -----
Sociedade Recreativa Filarmónica Nossa Senhora das Vitorias um cumprimento á Vânia Ferraz e sua Equipa. -----
Clube Desportivo de Santa Bárbara um cumprimento ao Luís Vieira e sua equipa. -----
Grupo Folclórico de Santa Barbara um reconhecimento e cumprimento ao Luís Lima e sua equipa. -----
Centro Social e paroquial de Santa Bárbara na pessoa do Padre Vítor um cumprimento a toda a equipa. -----
Comissão da Igreja de Santa Bárbara sua equipa e todas as comissões de Festas um cumprimento e reconhecimento das dinâmicas promovidas na freguesia. -----
Escola EB/JI de Santa Bárbara na pessoa da Prof. Paula Carrilho um cumprimento especial a todo o corpo Docente e não Docente pelo trabalho educativo desenvolvido nesta comunidade.
Associação Ritmos de Santa Bárbara que acreditamos no ressurgimento para breve, importante para uma ocupação saudável dos nossos jovens. -----

Os cidadãos da Freguesia da Santa Bárbara podem se orgulhar de viver e pertencerem a uma freguesia jovem com um passado bonito, um presente tranquilo e um futuro muito promissor, tanto a nível cultural como empresarial. -----

Uma freguesia que sabe receber, que sabe servir e que sabe mobilizar. -----

Em nome da Bancada do Partido Social Democrata (PSD) as nossas felicitações a toda a comunidade da Freguesia de Santa Bárbara, sempre presentes nos alicerces do desenvolvimento na nossa cidade e do nosso Concelho. -----

A senhora **presidente da Junta de Freguesia da Maia** solicitou o uso da palavra, para, no âmbito do assunto da obra do caminho Lombinha da Maia-Maia, referir que o assunto em questão não tem a ver com questões políticas, tem sim a ver com a sobrevivência da população da freguesia da Maia. Também referiu que não é intenção da Junta de Freguesia que lidera criar qualquer mal-estar ou “guerra” entre partidos, pretendendo apenas ver o assunto da obra resolvido o quanto antes, pois trata-se de toda uma população que está risco, afirmou. Tratam-se de negócios que estão em risco de fechar, numa freguesia que, por si, já está muito debilitada, disse, solicitando e agradecendo, por isso, que não se confundam os assuntos. Por outro lado, referiu que a Junta de Freguesia da Maia não pode prestar esclarecimentos a uma freguesia, quando ela própria não sabe concretamente o que se passa sobre aquela obra, confessando, pessoalmente, sair da reunião sem saber o que se vai passar com a mesma, afirmando que é necessário saber efetivamente quando é que a obra vai ficar concluída, independentemente de ser compreensível a complexidade da obra e da necessidade de serem obtidos todos os pareceres. Afirmou que se a Câmara Municipal acha por bem proceder a uma sessão de apresentação/esclarecimentos à freguesia, é bem-vinda para o realizar, mas solicitou que não se impute a responsabilidade de dar respostas à Junta de Freguesia. Se a freguesia já dispunha de um acesso deficitário pelo lado de São Brás, conforme referido por vários deputados, cortarem o acesso à Lombinha da Maia é ainda condenar mais a freguesia e as suas gentes. Considerou que é de felicitar a Câmara Municipal pela necessária intervenção, conforme inclusive referiu que já foi feito, mas que o assunto não pode ficar por ali, disse. Afirmou também que se existe uma petição assinada por mil cento e

oitenta nove peticionários, a mesma não é iniciativa da Junta de Freguesia nem do partido político que a suporta, mas sim resultado de uma questão de urgência social. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrado o período de intervenção do público, passando para o período de Antes da Ordem do Dia. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação dos presentes, a ata da sessão deste órgão de dezoito de fevereiro do corrente ano, sendo aprovada por unanimidade.-

De seguida, o senhor **presidente da Assembleia Municipal** cedeu o uso da palavra ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, senhor Miguel Sousa. -----

O senhor **presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara** cumprimentou a Assembleia Municipal, afirmando ter sido com orgulho que acolheram o convite efetuado pelo senhor presidente da Mesa para que aquela sessão se realizasse na freguesia de Santa Bárbara. Agradeceu também ao senhor padre Vítor, que não pode estar presente por afazeres profissionais, assim como à Comissão Fabriqueira, a permissão para utilização do Salão, que se encontrava fechado há cerca de três anos e que a Assembleia Municipal é a primeira a utilizá-lo depois da sua requalificação. Aproveitou também para agradecer em seu nome pessoa, como membro da Comissão Fabriqueira, todo o apoio recebido pela Câmara da Ribeira Grande e do seu executivo na execução desta obra, assim como na realizada no espaço contíguo, e também o apoio concedido pelo anterior e atual elenco do Governo Regional e pelos paroquianos de Santa Bárbara. Miguel Sousa agradeceu também a mensagem proferida pelo senhor deputado Rui Maré, assim como as palavras e elogio proferido pelo senhor Manuel António Fernandes, embora tenha percebido que o mesmo foi dirigido exclusivamente à Câmara Municipal, ao afirmar que muito já se fez em apenas seis meses. Ainda assim, agradeceu à Câmara Municipal muito o que se tem feito nos últimos meses em Santa Bárbara, apesar de muitas das iniciativas realizadas não serem visíveis à maioria da população. O senhor presidente da Junta de Freguesia aproveitou o momento para questionar o senhor presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação do regulamento provisório que foi efetuado devido ao loteamento na Travessa do Visconde. A segunda questão qual o ponto de situação em relação à aquisição do terreno localizado na Rua do Meio e que encosta a este futuro loteamento. A mesma situação relativamente ao terreno localizado na Rua do Biscoito, que, com a aquisição deste mesmo terreno, resolve um problema que tem sido frequente e cuja existência se tem acentuado nos últimos meses, com a quantidade de água que vem da Estrada quinhentos e quinze, por via da criação de um posto absorvente e um parque de estacionamento que resolveria igualmente o problema do estacionamento naquela zona. Uma outra situação que também tem sido acompanhada pelo senhor vice-presidente da Câmara Municipal e que está a ser articulada com o IROA Instituto Regional de Ordenamento Agrário, prende-se com uma derrocada que se verifica no Caminho dos Camalhães. Está também em curso a discussão com o executivo da pavimentação da travessa do Colete, da travessa de Nossa Senhora das Vitórias e da travessa do Visconde, nomeadamente a possibilidade de, pelo menos este ano, uma destas dispor de uma repavimentação em condições, permitindo um melhor acesso às suas moradias. Existe também, de acordo com o senhor presidente da Junta de Freguesia, a questão de demolição de três moradias, que julgou já estar em andamento e saber para quando o início da pavimentação da parte inicial da Rua de Santa Bárbara, um assunto que estava no orçamento de dois mil e vinte um. Informou não ter anotado, mas viu ontem no jornal que a Câmara Municipal aumentou o sistema de videovigilância nos parques de estacionamento. O problema do vandalismo nos parques tem-se também verificado na freguesia de Santa Bárbara, pretendendo saber Miguel Sousa se a Câmara tenciona estender o sistema de videovigilância à freguesia de Santa Bárbara. O senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara informou os presentes que gostaria de aproveitar aquele momento

para entregar ao senhor presidente da Câmara Municipal o projeto, que ficou concluído há instantes, da requalificação da Boca da Ribeira, sendo que a componente de especialidades será entregue na Câmara Municipal mais tarde, informando que, tal como acordado, a Junta irá fazer o pedido de transferência de competências, a ver se a obra ainda é iniciada no presente ano. Informou tratar-se de um terreno que fica no fim da freguesia, de domínio público que carece de requalificação há mais de sete anos e que permitirá à freguesia de Santa Bárbara dispor de um espaço digno. Por isso entregou naquele dia e em mão ao senhor presidente da Câmara Municipal o projeto, esperando que o mesmo possa ir a reunião de Câmara o mais brevemente possível, concluindo a sua intervenção agradecendo a presença de todos.-----

O senhor **deputado Jorge Silva** solicitou intervir, remetendo a sua intervenção para o assunto constante da ata da última Assembleia Municipal que acabou de ser aprovada, quando a senhora vereadora Lurdes Alfinete, eleita pelo Partido Socialista, afirmou que o mesmo terá “falado apenas por vontade” quando o senhor deputado se referiu à falta de vontade da bancada do PS na data de construção das SCUT, na melhoria de acesso às freguesias de Porto Formoso, São Brás e Maia, a partir dessas mesmas SCUT. A senhora deputada referiu, como exemplo de dedicação do PS, a apresenta de proposta para criação de uma comissão para reunir com o secretário regional competente. O senhor deputado alegou que o que a senhora vereadora não disse foi que a proposta do PS apareceu na sequência de uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD que alertava para o fato das freguesias referidas irem ser profundamente prejudicadas pelo tipo e forma de acesso que estavam a ser preconizados pela SCUT e propunha que esta Assembleia tomasse diligências necessárias no sentido de exigir ao Governo Regional novos acessos para as localidades referidas. Colocada à votação, teve os seguintes votos, recordou: quinze votos contra, treze votos a favor e uma abstenção, tendo sido rejeitada, por conseguinte. Em seguida, o Agrupamento do Partido Socialista apresentou então a proposta de constituição de uma comissão composta pelos presidentes de junta de freguesia das três freguesias em causa, disse, e por um representante de cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal, com o objetivo de reunir com o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento, tendo sido colocado à votação e tendo sido aprovado por unanimidade. O senhor deputado remeteu, para mais esclarecimentos, a ata número três de dois mil e onze, de vinte e sete de junho. Passado um ano, na reunião de dezanove de junho de dois mil e doze, pelo Agrupamento do PSD foi apresentado um requerimento à Mesa que referia já ter passado um ano sobre a deliberação, solicitando à Mesa informação sobre qual o ponto de situação sobre a constituição da referida comissão e que sejam tomadas as diligências necessárias para se agendar a reunião com o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamento, disse, remetendo novamente mais esclarecimentos para a ata número três de dois mil e doze, de dezanove de junho. Perante este último requerimento, o senhor presidente da Assembleia Municipal marcou reunião da comissão para o dia vinte e dois de junho de dois mil e doze. Dessa reunião, que o senhor deputado afirma desconhecer a sua realização, afirmou nunca ter sido trazido a esta Assembleia qualquer notícia, relatório ou decisão. Deve notar-se, continuou, que na data os presidentes de Junta de Freguesia de Porto Formoso, São Brás e Maia tinham sido eleitos pelo P.S., que na referida comissão, tinha assento mais um elemento do P.S., ficando assim estabelecido um rácio de quatro para dois. Logo, a ter sido a comissão bloqueada, certamente não resultou da ação dos dois elementos que não eram do Partido Socialista. Assim, considerou o senhor deputado Jorge Silva, que ficou demonstrado que não falou apenas por vontade. -----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra para responder às questões colocadas pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, que afirmou e bem, referiu, quer com ele quer, de forma transversal, com os demais elencos das juntas de freguesia, a particularidade e a proximidade só conseguida apenas no exercício destas funções, Alexandre Gaudêncio renovou a disponibilidade da Câmara Municipal para com esta freguesia relativamente ao parque habitacional. Como julga ser do conhecimento de

todos, por via da publicação na comunicação social, a Câmara Municipal adquiriu no final do mandato passado, um terreno com cerca de quatro mil e quinhentos metros quadrados em Santa Bárbara, com o propósito posterior de o colocar à disposição dos jovens casais, em particular os da freguesia de Santa Bárbara. Foi feito recentemente, informou, um esboço do que poderia de ser designado por parque habitacional para aquele terreno em particular, permitindo construir cerca de dez lotes para moradias unifamiliares e que foi bastante participado, aproveitando Alexandre Gaudêncio o momento para agradecer o papel que está a ser desempenhado pela Junta nesse sentido e informar que é intenção da Câmara Municipal ceder o terreno a uma cooperativa de habitação que já existe, que se encontra legalmente constituída, para que depois seja essa a realizar todo o processo legal, desde o licenciamento ao projeto, passando pela escolha dos candidatos e que também tenha a anuência da Junta de Freguesia. Informou estar agora a ser acordado o modelo de protocolo que já possui anuência da referida Cooperativa, que o vai devolver para que possa ser firmado o acordo. Adiantou também o senhor presidente da Câmara Municipal, que já foi feito um acordo com um proprietário de um terreno localizado na Rua do Meio, a cedência do terreno para criar um acesso que permita a quem entre na Rua do Visconde possa sair na Rua do Meio, o que poderá originar a criação de mais um lote, no loteamento inicialmente proposto. No que concerne à Rua do Biscoito, a Câmara Municipal está atenta, pois cada vez que chove mais um pouco, afirmou, o senhor presidente da Junta liga logo a solicitar apoio, classificando Alexandre Gaudêncio aquela via com um caso sério no concelho. Acrescentou, para quem não conhece a freguesia, que se trata de uma via que fica mais a sul da freguesia e que é atravessada por uma linha de água, cujas margens rapidamente esgotam a sua capacidade quando chove um pouco mais e havendo obstruções, a água é automaticamente desviada para a via pública, arrastando uma série de detritos que danificam viaturas e até habitações. Considerou ser muito urgente a sua resolução e informou que o IROA já pavimentou recentemente uma parte do caminho que constituía um dos problemas que causava o derrame de detritos na rua e a Câmara Municipal já possui avaliação para compra de um prédio a meio da rua para criação de uma zona de estacionamento e um mecanismo de escoamento das águas pluviais. Considerou, relativamente ao Parque da Boca da Ribeira, que o momento escolhido foi bastante oportuno até porque fica reafirmado o compromisso da Câmara em converter um terreno que é de domínio municipal e que está abandonado há alguns anos, num espaço que valorize a freguesia, através da prática que tem sido promovida da delegação de competências, permitindo às próprias juntas de freguesia realizar obras até um determinado montante e que se enquadra naqueles que são objetivos da Junta de Freguesia e Câmara Municipal. No que concerne à pavimentação de vias, informou que o Município tem recebido várias solicitações, mas que esse é um compromisso transversal a todas as freguesias, sem esquecer Santa Bárbara, que é o de poder avançar com as pavimentações no segundo semestre do presente ano, deixando esse compromisso, assim como o saneamento básico da Rua de Santa Bárbara que está devidamente cabimentado no orçamento do ano corrente para se poder arrancar com essa vertente. No que concerne a videovigilância, um tema mais recente, considerou, informou ter sido feito um reforço do sistema existente nos parques públicos do concelho, tendo afirmando que a Ribeira Grande é a única autarquia da Região a dispor desse sistema e que isso tem sido bem acolhido pelas autoridades, como é o caso da Polícia de Segurança Pública, e que tem ajudado a diminuir muito os furtos e o vandalismo em viaturas, tendo o ponto mais recente sido instalado na Ribeirinha, na Rua do Jogo, num local que estava referenciado como sendo um local com muitos atos de vandalismo. Informou que a Câmara Municipal está sempre recetiva a alargar o perímetro desde que existam condições técnicas para tal: o local deve de possuir internet de modo que a Câmara Municipal possa receber as imagens das câmaras, cujo conteúdo é armazenado num banco de dados devidamente credenciado e autorizado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados. De seguida, as câmaras de videovigilância deverão estar unicamente apontadas para as viaturas estacionadas e nunca para a via pública por razões de proteção de dados, referenciando novamente o convite feito a todas as freguesias para que, sempre que existam esses “pontos negros”, os mesmos possam ser referenciados

para que a rede de videovigilância possa ser alargada e mais útil à população, sendo que neste momento, são já seis as zonas cobertas. -----

O senhor **presidente da Assembleia Municipal** assumiu o uso da palavra para informar ter chegado à Mesa um voto de pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD relativamente ao senhor Eduardo Manuel Machado Ferreira. -----

Voto de Pesar

Pelo senhor deputado Rui Fernando Botelho Maré, foi presente à Mesa o seguinte voto: -----

Faleceu no passado dia 21 de abril aos 80 anos de idade Eduardo Manuel Machado Ferreira natural da freguesia da Ribeira Seca concelho da Ribeira Grande. -----

Eduardo Manuel Machado Ferreira foi um ilustre cidadão do nosso concelho que muito cedo se assumiu como um Ribeiragrandense dedicado, preocupado, disponível para ajudar e contribuir para o desenvolvimento da Ribeira Grande. -----

Eduardo Ferreira integrou os órgãos sociais da Casa do Povo da Ribeira Grande e do Lar Augusto César Ferreira Cabido sempre com uma preocupação constante de proporcionar o melhor bem-estar, a melhor qualidade de vida e conforto para os nossos idosos que por vários motivos e independentemente das suas condições financeiras, pudessem ter um novo Lar com todas as condições físicas e humanas em substituição das suas moradias. Assim, enquanto presidente da respetiva direção em diversos mandatos assumiu a responsabilidade da requalificação, ampliação e dotação física e humana no edifício sede, tendo sido também impulsionador da construção do Lar Manuel de Almeida Moniz no Pico da Pedra. -----

Foi também deputado na Assembleia Municipal da Ribeira Grande em vários mandatos emprestando sempre a sua disponibilidade e experiência em prol do desenvolvimento a todos os níveis do seu Concelho. -----

Fez carreira profissional no Serviço de Finanças, tendo passado pelas Repartições de Ribeira Grande, Nordeste, Povoação, Lagoa e Ponta Delgada com cargos de elevada responsabilidade.

Na sequência do exposto, o Grupo Municipal do PSD (Partido Social Democrata) da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, nos termos regimentais propõem um voto de pesar pelo falecimento do cidadão Eduardo Manuel Machado Ferreira, expressando assim o nosso mais profundo pesar toda a sua família. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou o uso da palavra para se associar e ao Grupo de Vogais do Partido Socialista ao voto de pesar apresentado pelos vogais do P.S.D., reconhecendo o papel ativo do senhor Eduardo Ferreira na Ribeira Grande, do ponto de vista social, empresarial, cívico e até político, sendo que profundo pesar que se associam ao voto apresentado pelo PSD. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

Voto de Pesar

Pelo senhor deputado Fábio Alexandre Raposo Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia do Pico da Pedra, foi presente à Mesa o seguinte voto: -----

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Senhor Professor José Carreiro d'Almeida, no passado dia 28 de março com 90 anos natural do Pico da Pedra onde nasceu no dia 14 de fevereiro de 1932. -----

Infelizmente, desaparece um homem cuja paixão pelo concelho da Ribeira Grande e muito especialmente, pela freguesia do Pico da Pedra, nos envaidece a todos - uma personalidade marcante e sensível, em especial na vida da sua freguesia. -----

Frequentou a escola primária no Pico da Pedra, tendo prosseguido estudos no Seminário, que não completou por motivo de doença. Conclui então, o quinto ano num colégio em Ponta Delgada. A sua formação como Professor foi feita no Magistério Primário. Lecionou durante cerca de 40 anos em escolas públicas micaelenses e no Magistério Primário de Ponta Delgada. O sucesso dos alunos e a excelência da formação dos professores foram sempre dois desideratos que defendeu na área da Educação. -----

Hoje a grandeza e a projeção do Pico da Pedra que contribui para um concelho ainda mais rico e pujante do ponto de vista humano, deve-se também a diversos atos de generosidade do Senhor Professor José Carreiro d'Almeida bem como se explicam pela sua atenta, dedicada e ativa participação na vida social, cultural e económica do Pico da Pedra – apesar de viver em Ponta Delgada há já algum tempo. -----

A Casa do Povo desta freguesia nasceu com o Senhor Professor Carreiro d'Almeida à frente da Comissão Instaladora. É a ele que se deve a Biblioteca Onésimo Teotónio de Almeida bem como o Posto Clínico da nossa freguesia. A sua ligação à Casa do Povo manteve-se tão forte e ativa que o Senhor Professor fez diversos donativos a esta instituição. Permitindo que muitas das suas atividades e muitos dos seus projetos fossem possíveis de implementar e de desenvolver. Esta dedicação genuína, este seu trabalho e este seu empenho mereceram um justo reconhecimento desta instituição quando tornou o Senhor Professor sócio honorário e quando o homenageou, em 2016 na Sessão Solene dos 40 anos da Casa do Povo do Pico da Pedra. -----

Ao mesmo tempo, também as diversas equipas da Junta de Freguesia do Pico da Pedra se devem orgulhar de todo o apoio e motivação que o Senhor Professor Carreiro d'Almeida disponibilizou com o objetivo último de termos uma comunidade mais solidária e com mais qualidade de vida. -----

Por causa da sua paixão pela missão de Professor, a sua profunda e convicta preocupação com o ensino e a educação na Ribeira Grande levaram este ilustre filho picopedrense a premiar anualmente com 500€ ao melhor aluno do 12º ano do nosso concelho. -----

Por fim, relembramos que os terrenos onde estão o Lar para Idoso Manuel de Almeida Moniz (nome do pai deste benemérito) e o Parque Pedagógico Maria das Mercês Carreiro foram doados por este benfeitor e suas irmãs Susana e Luísa bem como era desta família o terreno onde se projeta a criação de Parque de Atividades Susana Maria Carreiro Moniz na zona das Giestas na entrada principal do Pico da Pedra. Mais recentemente, ele e a irmã, Maria Luísa Carreiro de Almeida ofereceram uma ambulância à Associação Humanitária dos Bombeiros da Ribeira Grande. -----

Assim, face ao emocionalmente exposto, os membros da Assembleia Municipal da Ribeira Grande eleitos pelo Partido Social Democrata manifestam à sua família e amigos as mais profundas e sentidas condolências nesta hora tão dolorosa para todos, propondo à Assembleia de Freguesia a aprovação do presente Voto de Pesar que, após aprovado, deverá ser remetido à sua família. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou o uso da palavra para manifestar, em nome dos vogais do Partido Socialista, o voto de pesar pelo falecimento do benemérito cidadão que culminou uma longa vida de atividade como docente, que é sempre de respeitar, considerou, com uma última fase da sua vida com várias doações, nomeadamente, segundo o que sabe, à freguesia do Pico da Pedra e também a instituições e IPSS da Ribeira Grande. Por tudo isso, considerou, o grupo de vogais do P.S. associa-se ao voto de pesar que deverá ser manifestado à respetiva família. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Voto de Congratulação

Pela senhora deputada Anália da Conceição Tavares Sousa, foi presente à Mesa o seguinte voto: -----

A jovem atleta Isabel de Chaves Medeiros, do Clube de Karaté Shotokan Rabo de Peixe, sagrou-se campeã nacional em Kumite Juniores femininos de menos quarenta e oito quilos no decorrer do Campeonato Nacional Individual no Escalão de Cadetes, Juniores e Sub21, que se realizou no Pavilhão Municipal de Santo Tirso no qual o clube participou com quatro dignos representantes, dois atletas e dois treinadores. -----

-
Isabel de Chaves Medeiros é uma jovem de 16 anos, nascida e residente na Vila de Rabo de Peixe que iniciou a prática do Karaté aos quatro anos de idade, por gosto de seu pai, José Francisco Cabral Medeiros, pelas artes marciais, contabilizando já onze anos de prática de Karaté, junto com os seus irmãos gémeos Matilde de Chaves Medeiros e Afonso de Chaves Medeiros. -----

A atleta açoriana conta já com um curriculum de excelência a nível regional, nacional e internacional. -----

Organizado pela Federação Nacional de Karaté, esta importante competição nacional, que se realizou entre os dias 2 e 3 de abril, contou com a participação de 436 atletas e 104 treinadores, representando 103 clubes e 40 associações de todo o país. -----

A comitiva açoriana presente em Santo Tirso, completada pelos treinadores Nelson Rego e Miguel Pereira, e também pela atleta Matilde de Chaves Medeiros, todos oriundos de São Miguel, sendo estes verdadeiros embaixadores daquela associação desportiva, como do desporto açoriano. -----

É, no entanto, de enaltecer que estes resultados são o fruto do trabalho de todo um Clube e o estandarte do esforço, dedicação, afincamento e empenho de uma organização que muita orgulha e que faz Rabo de Peixe uma localidade maior do que já é. -----

Fundada a 16 de março de 2010, o Clube de Karaté Shotokan Rabo de Peixe conta atualmente com três técnicos com título de treinador do desporto: Anabela de Lurdes Santos Silva - Treinadora de Desporto Grau II, Paulo André Santos Silva - Treinador de Desporto Karaté Grau I e Miguel Gomes Pereira – Treinador de Desporto Grau I. -----

Os praticantes, em número de cinquenta e seis, nos diversos escalões, desenvolvem a sua atividade competitiva em diversos campeonatos regionais, nacionais e internacionais e todos os atletas têm obtido classificações que dignificam o clube e os Açores. -----

No contexto desportivo, os resultados obtidos aproximaram-se bastante do nível competitivo nacional, com resultados do pódio, na maior parte dos escalões. -----

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal, a aprovação de um Voto de Congratulação a Isabel de Chaves Medeiros pela conquista do título de campeã nacional em Kumite Júnior feminino com menos de quarenta e oito quilos. -----

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Federação Nacional de Karaté, à Secretaria Regional da Saúde e Desporto, à Câmara Municipal da Ribeira Grande e à Junta de Freguesia de Rabo de Peixe. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou o uso da palavra, felicitando a karateca em causa, num ato extensível aos dirigentes da associação em que a mesma pratica desporto, aos respetivos treinadores e aos colegas que praticam a mesma atividade desportiva. Recordou, apenas, que o voto deve de ser endereçado à Assembleia Municipal, local onde se encontram, e que não haja qualquer lapso, pois a entidade que irá apreciar o voto é a Assembleia Municipal e não a Assembleia Regional, conforme mencionado no texto.-----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Voto de Congratulação

Pelo senhor deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha Marco Paulo Pacheco Furtado, foi presente à Mesa o seguinte voto: -----

Os Vogais do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, congratulam a equipa sénior da Associação Desportiva Unidos por Si, da Ribeirinha que se sagraram campeãs regionais na modalidade de voleibol, o que vai garantir a representação da ilha de São Miguel em 2022/2023 na disputa da zona Açores da II divisão nacional feminina. ----

A equipa da Ribeirinha representou a Associação de Voleibol de São Miguel no campeonato regional e arrebatou este título. -----

O torneio com 14 jogos envolvei seis clubes de outras ilhas, a equipa sénior sagrou-se campeã ao vencer quatro jogos. -----

Os Vogais do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande por todos os motivos acima descritos, submete o presente Voto de Congratulação a toda a equipa pela sua dedicação, persistência, trabalho, espírito competitivo, acreditando que, para além dos sucessos desportivos, também consigam transmitir os melhores Valores aos restantes jovens do concelho, reconhecendo o trabalho que está a ser executado e realçando não só os resultados que obtiveram, mas também a forma como dignificaram o seu Clube e o nosso Concelho da Ribeira Grande, submetemos este voto de congratulação que deverá ser dado conhecimento aos Atletas, Treinador e Direção do Clube. -----

Antes de colocado à votação, e referente a um assunto fora de tópico, o senhor deputado Marco Furtado solicitou intervir, para informar que, no que diz respeito ao assunto da videovigilância, a zona intervencionada na freguesia da Ribeirinha era uma zona “constantemente bombardeada” por tráfico de droga e por dezassete roubos num período de dois anos. Uma vez que aos presidentes de junta de freguesia, cabem cada vez mais tarefas, considerou que também a segurança física e emocional das famílias está a cargo das juntas de freguesia. Ainda em relação à Ribeirinha, Marco Furtado informou que existe mais um jovem que está na rua devido às drogas sintéticas e que nesse âmbito, apresentou três projetos de

intervenção: um deles consiste no CLITE Centro Local de Intervenção para as Toxicodependências cuja delegação de competências foi aprovada em Assembleia Municipal; o segundo é a criação de um OTL Ocupação dos Tempos Livres para que possam ser retiradas as crianças da rua, e o terceiro projeto consiste num tratamento assistido fora da ilha para que os jovens, integrados numa sociedade diferente, possam seguir em frente com as suas vidas, sem contato com pessoas que os possam reintroduzir nos vícios. Com a consciência que todos somos pais, referiu, e que o futuro poderá reservar desagradáveis surpresas no que a esse aspeto diz respeito, Marco Furtado predispôs-se a reunir novamente com todos os presidentes de junta de freguesia do concelho por forma a combinar estratégias para combate definitivo ao problema das toxicodependências. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou o uso da palavra, informando que, naturalmente, os vogais do Partido Socialista associam-se ao voto de congratulação ao clube em causa. Aproveitando a “deixa” do senhor presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha, Fernando Cordeiro informou que é sempre com todo o gosto que os vogais do Partido Socialista se associam ou propõem votos de congratulação por qualquer meio ou atividade desportiva, reconhecendo que é uma forma, ainda que simbólica, de contribuir para a luta contra as toxicodependências e contra qualquer tipo de dependência, pelo que a atividade desportiva é sempre de congratular e de felicitar, pelo que os seus votos serão sempre nesse sentido, sobre a matéria. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Findas as propostas que deram entrada na Mesa da Assembleia e não havendo mais assuntos a tratar no período de “Antes da Ordem do Dia”, o senhor **presidente da Assembleia Municipal** deu o mesmo como concluído e procedeu à abertura do período da “Ordem do Dia”.

ORDEM DO DIA

1. Apreciação das Contas Relativas ao ano Financeiro de 2021

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste Órgão deliberativo, os documentos de prestação de contas da gerência relativa ao ano financeiro de dois mil e vinte e um, elaborados de acordo com o novo normativo contabilístico SNC-AP que entrou em vigor a 01-01-2020, que totaliza na receita 25.184.473,85€ (vinte e cinco milhões, cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos), que corresponde ao total da receita cobrada líquida, deduzida do saldo da gerência anterior e na despesa de 25.183.861,72€ (vinte e cinco milhões, cento e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta e um euros e setenta e dois cêntimos), cujos documentos são acompanhados do parecer favorável e da Certificação Legal das Contas emitido pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para referir dois ou três aspetos mais genéricos, ficando depois ao dispor para os esclarecimentos tidos como necessários. Alexandre Gaudêncio que o ano transato foi ainda muito marcado pelas questões da pandemia e que os Açores, mas a Ribeira Grande em particular, foram alvo de um enorme surto que ainda assola o concelho. A Câmara Municipal viu-se obrigada a reorientar a sua política de investimento para atenuar, de certa forma, alguma crise que possa ter advindo da pandemia e por isso mesmo explicou, em traços genéricos, que grande parte do orçamento foi alocado ao investimento, constatado pela aplicação de mais de nove milhões e setecentos mil euros no Plano Plurianual de Investimentos, o que dá bem nota da preocupação que o executivo teve de lançar, em dois mil e vinte e um, do maior número possível de obras, para que o setor da construção civil pudesse alavancar a economia local, considerando a opção como positiva, pois, explicou, houve obras em praticamente todas as freguesias do concelho durante o ano transato, embora de dimensões diferentes, mas que de forma transversal garantiram obras em todas as freguesias.

Por outro lado, referiu que o valor de nove milhões e setecentos mil euros correspondeu ao dobro do que foi investido, por exemplo no ano de dois mil e dezanove, pelo que, num espaço de dois anos, foi mais que duplicado o valor em obras e investimentos feitos num único ano, sendo esse o maior número nos últimos dez anos. Referiu também que o ano de dois mil e vinte um foi concluído com uma taxa de execução acima de cem por cento na receita e que se situou em vinte e nove milhões, setecentos e sessenta mil euros, e que a despesa se situou nos vinte e cinco milhões, cento e oitenta e três mil euros, correspondente a uma taxa de execução de despesa a rondar os oitenta por cento. Significou isso que a Câmara Municipal terminou o ano com um saldo positivo, deduzidas as despesas das receitas, no valor de quatro milhões e quinhentos mil euros, o que dá nota do bom rigor das contas, postas à disposição de todos, e da existência de orçamentos realistas ao invés do que acontecia no passado, quando a taxa de execução era muito baixa face ao orçamento avultado apresentado. Também em dois mil e vinte um, houve a preocupação de estabilizar o quadro de pessoal da Câmara, tendo sido possível contratar quatro novos técnicos superiores para o quadro da Câmara Municipal e foi regularizado o posicionamento remuneratório dos restantes colaboradores, o que significou um acréscimo na despesa de pessoal, mas também deixar fincada a preocupação social na estabilidade dos funcionários camarários. Referiu que no ano de dois mil e vinte um, houve também uma preocupação ao nível do setor associativo, constatado pela intervenção inicial da Vânia Ferraz, mas transversal a todas as instituições do concelho. Os apoios foram aumentados, disse, e foram conseguidos alocar três milhões e cem mil euros, um valor recorde nas transferências para as instituições. Essas transferências incluíram as filarmónicas, os clubes de futebol, as comissões fabriqueiras, como é o exemplo do local onde se encontram, que é uma obra apoiada pela Câmara Municipal e que dá nota que, em altura de pandemia e pela sequência dos acontecimentos, pelo que se atribuiu dinheiro às instituições para que não cessassem a sua atividade. Coube depois às instituições manter ativos os seus elementos, mantendo a sua atividade. Atendendo ao que se assistiu na restante Região, Alexandre Gaudêncio considerou que a Ribeira Grande deixou claro o que se pretendia para o associativismo. É claro que cada caso é um caso, referiu Alexandre Gaudêncio, mas o apoio concedido permitiu que as instituições retomassem a sua atividade de acordo com as normas de saúde pública e prevenção em vigor. Antes de terminar, o senhor presidente da Câmara quis também deixar uma referência quando ao passivo existente, informando que de acordo com as regras, existiu um novo sistema de contabilidade que foi implementado em todos os municípios, que dava conta da existência de um passivo a rondar os onze milhões de euros até ao termo do ano económico de dois mil e vinte, e em dois mil e vinte um, esse valor passou para vinte e três milhões de euros. Não quis isso dizer, referiu, que a situação financeira tenha ficado pior, até porque o comportamento foi espelhado nas demais autarquias. Explicou que as principais alterações que afetaram o valor, prendem-se com o fato do novo sistema contabilístico entrar em linha de conta com as locações financeiras, que são agora consideradas de passivo, o que não acontecia até ao ano de dois mil e vinte. Em termos práticos, explicou, para além do abate normal do passivo a médio/longo prazo que tem vindo a ser efetuado, há uma dívida referente a uma empresa municipal que tinha a seu cargo habitações sociais e que ainda está a dever à banca cerca de onze milhões de euros, disse. A Câmara Municipal tem pago anualmente cerca de um milhão de euros para abater essa dívida. Se é verdade que o valor atual do passivo é maior que antes, referiu, o que é fato é que ainda há margem de conforto que permite, por exemplo, não ter que aumentar impostos aos ribeiragrandenses. Isso é possível pois o novo sistema contabilístico informa que as câmaras municipais podem endividar-se até uma vez e meia a média da receita dos últimos três anos. Se aferirmos à contabilização dos três anos anteriores ao último, cuja receita foi de vinte e nove milhões de euros, significa que a Câmara pode ir até aos vinte e oito milhões de euros de passivo, sem necessidade de entrar em reequilíbrio financeiro, pelo que as contas demonstram saúde financeira e de contas. Ao nível dos rácios financeiros mencionados, todos os rácios são extremamente positivos, afirmou, e que são números que honram o executivo e que deixam otimismo em relação ao futuro. -----

Solicitou o uso da palavra, o senhor **deputado Rui Maré** felicitou, em nome da bancada social democrata, o executivo camarário pela visão estratégica que teve num ano ainda de incertezas,

num ano difícil, ainda de pandemia, em que percebeu que, de forma direta e indireta, a forma que teria para minimizar os impactos sociais e económicos desta pandemia era, efetivamente, agir como agiu, que foi o maior investimento dos últimos dez anos, no valor de nove milhões, setecentos e catorze mil euros, em sessenta empreitadas, distribuídas pelas catorze freguesias. Para além desse investimento, apoiou, em três milhões e cem mil euros, o que correspondeu a um aumento de sessenta por cento, a todas as instituições do concelho. Em dois mil e vinte, havia sido disponibilizado um milhão, novecentos e setenta e dois, e em dois mil e vinte e um, três milhões, cento e cinquenta e três, ou seja, mais um milhão, cento e oitenta mil euros. Avaliando a gestão, referiu, sendo que esta Câmara tem demonstrado ter uma gestão preocupada, de contas certas e gestão eficiente dos dinheiros públicos, e isso consegue-se perceber pela diferença de mais de oito milhões de euros a favor, deduzindo das receitas correntes as despesas correntes – as despesas correntes foram de doze milhões e as receitas correntes de vinte milhões, sobrando oito milhões para ajudar à parcela dos investimentos. Referiu ainda ter tido um resultado líquido do exercício de dois milhões, quatrocentos e quarenta o que demonstra o cuidado e rigor da gestão; não houve um aumento da dívida bancária nos moldes tradicionais; o que houve foi uma alteração na contabilização, imposta legalmente, sobrando ainda uma folga financeira para investimentos futuros. Continuou afirmando que a Câmara Municipal continua a dispor de excelentes rácios financeiros, detalhando alguns dos rácios apresentados. Com objetivo de dar a conhecer a forma como são aplicados os impostos cobrados a cada um dos cidadãos, o senhor deputado Rui Maré passou a uma breve explicação dos mesmos. Esta Câmara Municipal continuou a ter como primeira prioridade as funções sociais, referiu, com oito milhões, oitocentos e sessenta mil euros investidos. No ensino e educação, afirmou terem sido investidos um milhão, duzentos e vinte mil euros; Na saúde e na ação social, foram quinhentos e vinte mil euros; no ordenamento do território, saneamento básico e abastecimento de água, foram dois milhões e sessenta três mil euros; na proteção do meio ambiente e conservação da natureza, foram trezentos e dez mil euros; na cultura foram duzentos e oito mil; no desporto, recreio e lazer, um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil euros; no apoio às atividades cívicas e religiosas, novecentos e dezassete mil euros, o que aumentou, conforme afirmado pelo senhor presidente da Câmara mais quatrocentos e sessenta sete mil euros; as funções sociais também sofreram um incremento passando para quatro milhões e quatrocentos mil euros, dos quais salientou três milhões, quinhentos e cinquenta mil euros nos transportes rodoviários e seiscentos e noventa oito mil euros em turismo e noutras funções económicas. Por aquilo que considerou ser um excelente investimento nas catorze freguesias, pela visão, pela estratégia e pela dinâmica de economia local, pelo rigor e transparência das contas, naturalmente que os deputados municipais eleitos pelo PSD nada têm a opor e irão votar favoravelmente aos números apresentados. -----

Colocado à votação, foi aprovado por maioria e em minuta com 24 votos a favor pelos eleitos do PSD e 10 abstenções pelos eleitos do PS. -----

Declaração de Voto

Pelo senhor deputado Rui Maré, foi presente à Mesa a seguinte declaração: -----

Os Deputados do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal da Ribeira Grande, congratulam este elenco Camarário, pelo excelente trabalho e valor de investimento refletido nos documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2021, cerca de 9 714 333€, num contexto de Pandemia, de incerteza e dificuldades Sociais, Económicas e Culturais. -----

Uma Taxa de Execução de 79.54% das Grandes Opções do Plano, foi uma taxa muito positiva, num período novo, de grandes constrangimentos sociais, económicos e culturais, a todos os níveis, mas este executivo Camarário, teve a capacidade de se adaptar, de se reorganizar e se reajustar às novas prioridades que esta Pandemia imponha, aumentando os investimentos, sendo o maior dos últimos 10 anos, distribuído por mais de 60 empreitadas, em todas as freguesias do concelho, reforçadas com um aumento 60% as transferências e apoios a todas

as instituições do concelho, totalizando 3 100 000€, num claro sinal de apoio na revitalização , quer do tecido empresarial Local, quer nas diversas instituições sediadas no concelho, para de forma direta e indireta, combater as arduidades resultantes do contexto Pandémico. -----

Mais uma vez e mais um ano, foi realizado um excelente trabalho de gestão dos dinheiros Públicos, com muito rigor, transparência, onde a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente é superior em 8 milhões de Euros, suportando desta forma uma parcela significativa do investimento. -----

Obtiveram contas equilibradas, com um resultado líquido do exercício em 2 446 207€, não aumentou a dívida Bancária, continuando a ter folga financeira de 3 587 000€, dando esperança para investimentos futuros , manteve os excelentes rácios da autonomia financeira (86.60%), da Solvabilidade (6.8%) e da Liquidez Geral (2.53%), sem nunca esquecer e sempre como primeira prioridade, a preocupação Social, a qualidade de vida dos seus Municípes, uma contínua estratégia para o Desenvolvimento Local, e planeamento do futuro. ---

Fazendo uma análise mais detalhada aos valores executados nas Grande Opções do Plano, como já nos habituou, este Executivo continuou a ter como primeira prioridade as Funções Sociais, com um montante executado de 8 868 980€, onde sublinhamos: -----

1 221 200€ Investimento no ensino; 520 533€ na saúde e Ação social; 2 063 544€ no ordenamento e Território, saneamento básico e abastecimento de água. -----

Na proteção do meio Ambiente e conservação da natureza foram investidos 310 497€; 208 151€ na Cultura; 1 675 393€ no desporto recreio e Lazer e 917 174€ no apoio a atividades Cívicas e religiosas do Concelho, relembrando que em 2021 tinham sido investidos 450 000€ ou seja um aumento de 467 000€. -----

Além de todo este investimento, as funções económicas também tiveram um incremento face a 2021, com um investimento de 4 449 289€ que ajudaram direta e indiretamente a Economia Local, e que entre muitos, realçamos: -----

3 554 795€ na rubrica dos transportes rodoviários; 698 012€ € na rubrica do turismo e outras funções económicas. -----

Os Deputados do Partido Social Democrata desta Assembleia Municipal, por todos os motivos acima referenciados, por haver um grande respeito e investimentos em todas as freguesias do concelho, uma grande prioridade social, um excelente montante de investimentos, uma cuidada gestão dos recursos, uma atitude preocupada e responsável, para a minimização dos efeitos Pandémicos, merece sem margem para duvidas, o nosso respeito e aprovação dos documentos de prestação de contas de 2021. -----

2. Apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação

Foi submetido pelo executivo camarário à apreciação deste órgão deliberativo, no seguimento do previsto na alínea I do nº 2 do artigo nº 25 e alínea i) do nº1 do artigo 33º ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o Mapa dos Movimentos do Exercício de 2021 retirado do SNP (Sistema de Normalização Patrimonial) e o Balanço retirado do SNC (Sistema de Normalização Contabilística), com o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para referir que o ponto tem por objetivo dar a conhecer o passivo e o ativo com que a Câmara Municipal transitou o ano fiscal. Informou que o ativo, no final do ano, estava cifrado em cento e setenta cinco milhões de euros e que, no ano anterior, tinha sido

de cento e setenta milhões de euros. Quanto ao passivo, Alexandre Gaudêncio informou que o mesmo era de vinte e três milhões, quatrocentos e treze mil em dois mil e vinte um, contra vinte e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil euros em dois mil e vinte, registando-se os dois passivos como muito próximos e sem grandes alterações. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

3. Proposta de Aplicação de Resultados

No seguimento da comunicação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), a Direção Regional da Cooperação com o Poder, de 17 de junho de 2021 que refere: -----

“O SNC-AP revogou o POCAL, exceto os pontos referentes previsionais, ao controlo interno e às modificações orçamentais. O ponto 2.7.3 do POCAL, que define regras sobre a aplicação de resultados, foi, portanto, revogado e o SNC-AP não contém qualquer norma em sua substituição. No entendimento da CNC, com o qual concordamos, “o SNC-AP não define regras para a aplicação dos resultados, pelo que a eventual aplicação dos resultados líquidos do período em reservas legais ou outras deverá estar enquadrada em dispositivo legal diretamente aplicável à entidade”, o que até à data não surgiu. -----

Refere ainda a CNC que “Neste sentido, não havendo norma habilitante para a constituição de reservas não deverão as mesmas ser constituídas, permanecendo em resultados transitados”. -

Tal não impede que o órgão executivo do município decida uma aplicação diferente de resultados, nomeadamente, reforçando reservas ou a conta Património, não estando esta decisão sujeita à aprovação da assembleia municipal, que apenas tomará conhecimento do assunto quando apreciar as contas da autarquia.” -----

Nesta sequência, a Câmara deliberou, na sua reunião de 31 de março do corrente ano, que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de 2.446.207, 65 euros seja aplicada da seguinte forma: -----

- Resultados Transitados: 2.446.207,65 euros. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para referir o valor dos resultados transitados e que está disponível para o esclarecimento de eventuais dúvidas. -----

Colocada à votação, foi aprovada por maioria e em minuta com 24 votos a favor pelos eleitos do PSD e 10 abstenções pelos eleitos do PS. -----

4. Segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2022

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, em cumprimento da alínea a) do nº 1 do artigo 25º e alínea c) do nº 1 do artigo 33º ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012 (LCPA) de 21 de fevereiro, a proposta da segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2022, assim como a aprovação da assunção de compromissos plurianuais das respetivas rúbricas, cuja proposta altera o Orçamento da Receita em 69.025,00€ e o Orçamento da Despesa em 22.260,00€, destinando-se a inscrever e a dotar as seguinte rubricas: -----

→ GOP:

Rubrica				Designação	2022
1	121	2022	40	Planos de Segurança Contra Incêndios para edifícios municipais	11 310,00
2	211	2022	39	Plano Municipal de Combate ao Absentismo Escolar	10 950,00

E a diminuir a seguinte rubrica:

→ GOP:

Rubrica				Designação	2022
2	244	2019	21	Reabilitação do Sistema de Rega da Ribeirinha	-22 260,00

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para referir que, aproveitando a realização desta Assembleia Municipal, o executivo pede autorização para efetuar uma revisão orçamental colocando duas novas rubricas: uma por imposição legal dos planos de emergência, nomeadamente, os planos de segurança contra edifícios e criando uma nova, que é o Plano Municipal de Combate ao Abandono e Absentismo Escolar, esta última que resulta de uma preocupação do Município e de todos atendendo a que os números na Região são três vezes superiores ao resto do país e que do ponto de vista, enquanto concelho, pode ser dado ao nível do Município um contributo para melhorar esses números de abandono e absentismo escolar. -----

Colocada à votação, foi aprovada por maioria e em minuta com 24 votos a favor pelos eleitos do PSD e 10 abstenções pelos eleitos do PS. -----

5. Primeira alteração ao Mapa de Pessoal 2022

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, no seguimento da entrada em vigor da nova Estrutura Orgânica da Câmara Municipal e do novo Regulamento de Constituição das Unidades Flexíveis, a primeira alteração ao Mapa de Pessoal de 2022. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para referir que pretendeu trazer à consideração este órgão a alteração ao mapa de pessoal. Como havia sido aprovado também em sede de Assembleia Municipal o novo organograma da Câmara Municipal e que, após a sua publicação, foi pensada uma reorganização interna de pessoal. De forma efetiva, referiu que a Câmara Municipal possui atualmente cerca de trezentos e cinco funcionários no quadro, e prevê-se, com a alteração no quadro de pessoal, a abertura de cem novas vagas. Dessas cem novas vagas, já estão a decorrer dezanove correspondentes a dez postos de trabalho já previstos e são referentes às chefias de divisão referentes a concursos que estão a decorrer, e mais nove, que estão numa fase final de aprovação, o que na realidade corresponde à criação de oitenta e uma novas vagas. Estas novas vagas situam-se na parte operacional, uma vertente que, de acordo com um estudo interno efetuado, possui grande número de funcionários que nos próximos anos passarão à condição de aposentadoria. Por outro lado, pretende-se mitigar algumas das preocupações atuais, que são transversais às juntas de freguesia com o terminar dos programas operacionais, antecipando a Câmara Municipal a entrada de pessoas para os seus quadros, para fazer face à necessidade das próprias freguesias. Explicou também que este é um primeiro passo dos muitos que terão que ser dados, quer na contratação quer na possibilidade futura de delegar recursos humanos às freguesias, uma vez que já é possível antever a cessação dos programas ocupacionais, pelo que cabe à Câmara Municipal providenciar meios também para garantir a continuidade do serviço público. -----

O senhor **deputado Fernando Cordeiro** solicitou o uso da palavra para pedir esclarecimentos sobre o agora proferido, tendo entendido que o senhor presidente da Câmara Municipal afirmou que o quadro de pessoal da Câmara da Ribeira Grande vai ser acrescido em cem pessoas, colocando a questão se essas são para o seu quadro permanente. A segunda questão prende-se com o fato de pretender saber qual o acréscimo de atividade existente e em que áreas na

Câmara Municipal, que justifica o incremento em vinte e cinco por cento de recursos humanos e dos custos associados. -----

O senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para responder ao senhor deputado Fernando Cordeiro, afirmando que havia informado na sua intervenção anterior que algumas dessas vagas seriam para colmatar a saída de pessoas que irão reformar-se, mas também para fazer face ao termo dos programas operacionais. Informou os presentes que a Câmara Municipal possui atualmente cento cinquenta e sete pessoas ao seu serviço ao abrigo de programas ocupacionais e com o termo desses programas, persistem as necessidades de quadro e do serviço prestado por essas pessoas. Numa tentativa de antecipar esse problema às próprias Juntas de Freguesia, essa entrada desse pessoal, pode permitir colmatar alguma lacuna que eventualmente possa existir à data para as respetivas freguesias. Afirmou, no entanto, que é intenção fazer isso de forma faseada, pelo que a Câmara Municipal não tem previsto no seu orçamento a entrada imediata de cem novas pessoas. Ao longo do ano de dois mil e vinte dois e com a aprovação desse quadro de pessoal, pretende-se dar início a essa contratação, que é longa e que demora, para mais havendo reclamações, onde têm de ser respeitados os períodos legais e é expectativa do executivo que ao longo do corrente e próximo ano possam ser contratados essas pessoas. -----

Colocada à votação, foi aprovada por maioria e em minuta com 24 votos a favor pelos eleitos do PSD e 10 abstenções pelos eleitos do PS. -----

6. Nomeação para 2 representantes no Conselho Consultivo da Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel

Foi apresentada uma proposta, subscrita pelo Agrupamento Político do PSD designando os seguintes nomes para integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saude de Ilha de S. Miguel.

Júlia Sousa Pedro Medeiros -----

Diana Carina Sousa Alves -----

Colocada à votação, a proposta para integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel, foi aprovada por maioria e em minuta com 23 votos a favor, 10 contra e uma abstenção. -----

7. Quarto Relatório Trimestral do exercício de 2021 da Cooperativa “A PONTE NORTE”

Foi submetido pelo executivo camarário para conhecimento, acompanhamento e controlo deste órgão deliberativo, conforme o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 42º e artigo 5º ambos da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na sua versão atual, o quarto Relatório Trimestral de 2021 da Cooperativa “A PONTE NORTE”.-----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para referir que o presente ponto, assim como o seguinte, pretendem dar conhecimento à Assembleia Municipal dos resultados da Cooperativa, e refletem o ano transato daquela instituição e para que possa ser percebido como está a Cooperativa no plano financeiro. Afirmou existir um resultado negativo transitado do ano anterior orçado em cerca de trinta e três mil euros, mas que em nada afeta a estrutura da própria cooperativa uma vez que sempre teve, até ao ano passado, resultados positivos e que por isso mesmo detém alguma folga orçamental para fazer face a esses resultados. Informou também que, em dois mil e vinte dois, há expectativa da melhoria significativa desses resultados porque já foram aprovados quatro novos cursos profissionais, o que é uma boa notícia, porque até então, a Cooperativa tinha apenas dois novos cursos profissionais a cada ano e agora com os quatro

novos cursos e a receita desses decorrente, passe a não depender tanto do contrato-programa que possuem com a Câmara Municipal e que, efetivamente, esses números possam melhorar de forma significativa no corrente ano. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

8. Relatório e Contas da Cooperativa “A PONTE NORTE” - 2021

Foi submetido pelo executivo camarário para conhecimento, acompanhamento e controlo deste órgão deliberativo, conforme o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 42º e nº 3 do artigo 58º ambos da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na sua versão atual, o Relatório de Gestão e Conta de Gerência do exercício do ano 2021 da Cooperativa “A PONTE NORTE” acompanhado do parecer favorável do Conselho Fiscal e do documento da Certificação Legal das Contas, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Duarte Giesta & Associados. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para referir que, tal como referido no comentário efetuado aquando da apreciação do ponto sete da “Ordem de Trabalhos”, o ponto oito refere o relatório anual financeiro da Cooperativa onde se destaca o resultado transitado negativo de trinta e três mil euros, que em nada afeta a estrutura da própria Cooperativa. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

9. Afetação para o domínio público municipal de um prédio urbano no âmbito da obra de “Construção de um Parque de Estacionamento na Rua da Alegria - Rabo de Peixe

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação do órgão deliberativo, a afetação para o domínio público municipal do prédio urbano, sito na Rua da Alegria nº 21, freguesia de Rabo de Peixe, que consta de uma casa baixa telhada destinada a garagem, rés-do-chão com 1 divisão, de área coberta com 50 metros quadrados e área descoberta com 555 metros quadrados, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2203/Rabo de Peixe, no âmbito da obra de “Construção de um Parque de Estacionamento na Rua da Alegria - Rabo de Peixe”. -----

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para referir que este prédio foi identificado pela Junta de Freguesia numa zona de Rabo de Peixe que tem graves problemas de estacionamento e que quisemos trazer à deliberação deste órgão, para que, em caso da sua deliberação positiva possamos entrar em negociação com os respetivos privados. -----

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade e em minuta.-----

Ainda antes de se passar aos pontos seguintes da “Ordem de Trabalhos”, o senhor **presidente da Assembleia Municipal** questionou os presentes se opunham à adição de dois pontos de aprovação de dois regulamentos, a saber o Regulamento Municipal de Gestão das Zonas Balneares Marítimas da Ribeira Grande e o Regulamento Municipal da Feira Quinhentista da Ribeira Grande tendo os mesmos sido aprovados e aceite pela Mesa. -----

10. Regulamento Municipal de Gestão das Zonas Balneares Marítimas da Ribeira Grande

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, o Regulamento designando em assunto, o qual foi objeto de publicitação do início do procedimento e participação procedimental, através da sua publicação na página oficial da Câmara Municipal. --

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** solicitou ao senhor vereador José António Garcia para prestar os esclarecimentos necessários. -----

O senhor **vereador José António Garcia** iniciou a sua intervenção afirmando ser do conhecimento público que a Ribeira Grande possui zonas balneares de excelência e que têm vindo a ser melhoradas, resultando na certificação de algumas dessas. Como foi referido no início desta Assembleia Municipal, ainda durante o dia de hoje, foram anunciadas as zonas balneares para o ano de dois mil e vinte dois e a Ribeira Grande manteve as suas quatro bandeiras azuis, nomeadamente a zona balnear das Calhetas, o Areal de Santa Bárbara, o Complexo Municipal de Piscinas da Ribeira Grande e a praia dos Moinhos, no Porto Formoso, sendo que o regulamento que norteia a gestão desses espaços data de dois mil e seis e que apenas versa sobre o Complexo Municipal de Piscinas, localizado nas Poças, Ribeira Grande, pelo que está desatualizado e não contempla a realidade atual. O atual regulamento que é aqui submetido à aprovação, afirmou, valoriza as referidas zonas balneares, pugna pela sua proteção e proporciona mais bem-estar aos seus utentes, daí a sua apresentação a esta Assembleia. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

11. Regulamento Municipal da Feira Quinhentista da Ribeira Grande

Foi submetido pelo executivo camarário à aprovação deste órgão deliberativo, o Regulamento designando em assunto, o qual foi objeto de publicitação do início do procedimento e participação procedimental, através da sua publicação na página oficial da Câmara Municipal. --

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **vereador José António Garcia** usou da palavra para referir que a Feira Quinhentista é comumente aceite e conhecida como sendo um evento marcante e âncora da cidade e do concelho da Ribeira Grande. A Feira começou por ser bianual, passando nos últimos anos a ser realizada anualmente, sendo naturalmente interrompida a sua realização, tal como aconteceu a tantas outras atividades, pela pandemia, mas não perdeu o seu valor e é intenção da Câmara Municipal, referiu, realizá-la novamente, já este ano, pelo seu significado para a economia local, pelo número de pessoas que atrai e pelo peso histórico que detém. Nos anos anteriores, iam sendo anunciadas um conjunto de normais avulsas que iam sendo adaptadas, mas que não traziam previsibilidade nem detinham, em opinião própria, transparência necessária àquilo que é um processo, considerou, que ainda tem a sua complexidade. Por isso, fica a certeza que a regulamentação da Feira Quinhentista, disse, trará maior previsibilidade e os todos os interessados saberão como a mesma se processará, seja ao nível de candidaturas à participação, mas também para quem na Feira vai trabalhar, servindo o documento com ferramenta de trabalho. -----

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

12. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara sobre atividade camarária bem como a situação financeira da mesma

Convidado a explicar o ponto da Ordem de Trabalhos, o senhor **presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para referir que está ao dispor das senhoras e senhores deputados municipais para os necessários esclarecimentos, sendo que foi disponibilizada toda a atividade do executivo desde a última Assembleia até ao presente dia. Voltou a felicitar a iniciativa do senhor presidente da Assembleia Municipal em descentralizar a realização das sessões da Assembleia Municipal, que considerou ser de bom apanágio, pela realização anterior na Ribeirinha, pela participação obtida por parte do público na anterior e atual reunião, afirmando que o objetivo é ter a participação dos cidadãos nesses atos, para esclarecerem as suas questões, mas também para ficarem a par do trabalho que está a ser feito pela Câmara

ATA nº 2

Municipal. Informou que o mesmo tem acontecido com as reuniões de Câmara, que têm sido descentralizadas, embora num horário menos atrativo, por volta das catorze horas e trinta minutos, quinzenalmente, mas que também não deixa de ser revelador da preocupação do executivo em ir ao encontro das pessoas, afirmou. Reiterou a inteira disponibilidade da Câmara Municipal em responder a qualquer questão, seja pelas redes sociais, seja pelos contatos eletrónicos, pelos contatos telefónicos, pelo que só não sabe o que faz a Câmara Municipal e a resposta às suas questões quem não quer. Exemplificou com a questão inicial levantada sobre a obra no caminho Maia-Lombinha da Maia e com as questões colocadas. Afirmou que se o tivessem feito da mesma forma que hoje fizeram, teriam respondido da mesma forma, só que mais cedo. Concluiu a sua intervenção, convidando todos os presentes para participar na Festa da Flor, que se realiza entre doze e quinze de maio, considerando ser a primeira festa depois da pandemia, tal como já foram convidadas todas as instituições e juntas de freguesia.-----

Não havendo mais inscrições e nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão às vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos da lei. -----